



Ensaaios sobre arte estatuária e imprensa no Rio Grande do Sul

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

39



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.furg.br
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Ensaaios sobre arte estatuária e imprensa no Rio Grande do Sul



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Ensaaios sobre arte estatuária e imprensa no Rio Grande do Sul



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2021

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Mauro Nicola Póvoas
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Ronaldo Oliveira Gerundo
Tesoureiro: Valdir Barroco

Ficha Técnica

- Título: Ensaios sobre arte estatutuária e imprensa no Rio Grande do Sul
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 39
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Janeiro de 2021

ISBN – 978-65-89557-04-3

CAPA: Caricatura publicada no periódico rio-grandino *Bisturi*, a. 3, n. 21, 18 maio 1890, p. 1.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018) e à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e cinquenta livros.

Apresentação

Por aproximadamente três lustros o autor deste livro coordenou junto à Universidade Federal do Rio Grande (FURG) o Projeto de Pesquisa “História e monumentos: estatuária e construção ideológica na cidade do Rio Grande”. Tal plano de trabalho partia da premissa de que a construção de uma história da cidade do Rio Grande constitui um processo em constante edificação, de modo que, através de diversos estudos de caso dos fundamentos desta comunidade, como o político, o social, o econômico, o ideológico e o religioso, entre outros, foram elaborados a partir das pesquisas promovidas, desde o final dos anos 1970, pelos docentes e discentes da FURG. Tal construção histórica passou inevitavelmente pela análise de seu patrimônio histórico, de modo que o projeto em pauta primava pela análise de uma importante parcela que compõe a temática, ou seja, a arte estatuária rio-grandina.

Ao promover um estudo histórico dos monumentos rio-grandinos o projeto “História e monumentos: estatuária e construção ideológica na cidade do Rio Grande” visava a estudar um dos elementos constitutivos da cidade portuária que envolveu uma série de condicionantes de cunho socioeconômico, dando prioridade, no entanto, aos fatores político-ideológicos, os quais passaram a representar o fulcro da pesquisa. A partir de tal perspectiva deu-se a busca por explicações para a efetivação da arte estatuária na cidade do Rio Grande, levando a uma melhor compreensão histórica de um dos

componentes que, por sua vez, também serviu à ampliação dos conhecimentos acerca do conjunto desta comunidade.

Os objetivos do projeto em questão eram os de analisar os fundamentos político-ideológicos que levaram à edificação da arte estatutuária no Rio Grande; interpretar as motivações que propiciaram a construção dos monumentos citadinos; identificar o significado simbólico das estátuas rio-grandinas; descrever o papel social de cada um dos indivíduos retratados pela arte estatutuária na urbe portuária; comentar o impacto da construção estatutuária junto à comunidade rio-grandina; possibilitar uma melhor compreensão histórica da sociedade do Rio Grande desde o final do século XIX até o transcorrer da centúria seguinte.

A partir da execução do projeto, houve uma expansão de seu escopo, com a análise por vezes ampliando-se em relação ao contexto local e chegando ao estadual e até ao nacional. Nos tantos anos de realização de tal plano de trabalho houve uma significativa produção científica acerca do tema, com a publicação de vários artigos. Como tais trabalhos ficaram espalhados em múltiplas edições, a meta do presente livro é reunir alguns deles, mormente no que tange àqueles que mantêm alguma inter-relação entre a arte estatutuária e a imprensa. Os jornais são fontes históricas fundamentais para investigar os fatores motores que levaram à edificação de monumentos estatutários, trazendo informações e opiniões em relação a eles. Além disso, a imprensa caricata criou um conjunto imaginário/imagético que serviu para metamorfosear o papel original das estátuas. A reunião da adaptação de alguns desses trabalhos é o que segue.

SUMÁRIO

A estátua de D. Pedro I: repercussões e transmutações por meio da imprensa.....13

Estatuária caricatural: uma perspectiva bem humorada do papel social das estátuas na imprensa humorística e ilustrada sul-riograndense.....67

Homenagem statuária a um historiador gaúcho: o centenário de Alfredo Ferreira Rodrigues.....91

Edificação de monumentos ao Patrono da Marinha Brasileira na cidade do Rio Grande (projetos e execução).....119

A estátua de D. Pedro I: repercussões e transmutações por meio da imprensa

O erguimento de estátuas vem constituindo um fato marcante da história da humanidade. Desde a Antiguidade, os monumentos têm servido como uma fonte histórica extremamente significativa para revelar certas facetas do pensamento e das atitudes de determinadas comunidades humanas. Nesse sentido, ao erguer estátuas, uma dada coletividade vem a revelar detalhes tanto do personagem/ato que se deseja cristalizar na memória, quanto da própria vida em sociedade daqueles que trabalharam para erigir o monumento. Testemunhas do passado em pedra e metal, as estátuas carregam em si um forte conteúdo de memória social, reproduzindo estratégias que tiveram por intento buscar pontos de interseção entre o pretérito, o presente e o futuro, quer seja, demonstrar à posteridade um determinado valor histórico atribuído a um personagem e/ou acontecimento.

No Brasil, a tradição estatutária também seria marcante, mormente a partir da consolidação do Estado Nacional e a gênese desse processo está fortemente vinculada à edificação do monumento em homenagem ao primeiro Imperador Brasileiro. Polêmicas, controvérsias, idiosincrasias e um grande debate caracterizaram a construção da estátua, desde a ideia original, passando pela confecção, pela inauguração e, ainda posteriormente, com relação ao significado dela

emanado. Homenagear D. Pedro I com um monumento fora um objetivo que se manifestou junto a segmentos da sociedade brasileira já nos primeiros anos do país independente, quando Pedro I ainda estava no poder. A crise do I Reinado e do Período Regencial paralisariam o intento, de modo que a ereção da estátua só se daria na década de sessenta, acompanhando a estabilidade e até mesmo o apogeu do Império Brasileiro. A polêmica chegaria a levar à radicalização em relação ao monumento, defendido e atacado ardorosamente, tal como o fora o personagem retratado.

A estátua equestre de D. Pedro I, inaugurada no Rio de Janeiro em março de 1862, viria a ser a pioneira de vasto conjunto estatutário que se espalharia pelo país. A ideia de homenagear o primeiro Imperador com um monumento vinha sendo sustentada já há décadas. Ainda em 1825, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro abriu uma subscrição para esse fim, manifestando-se a imprensa e o Instituto Histórico e Geográfico a respeito. Mais tarde, a 7 de setembro de 1854, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro reunia-se em sessão especial comemorativa ao dia nacional, quando Haddock Lobo reencentaria a ideia da edificação da estátua. Para tanto foi formada comissão específica e abriu-se subscrição pública para arrecadação de fundos, os quais teriam sido atingidos sem maiores dificuldades. Abertos os prazos de inscrição, foram apresentados trinta e cinco modelos e desenhos para o monumento, os quais foram julgados em agosto de 1855, por professores de arquitetura, escultura e gravura na Academia de Belas Artes. Saiu vencedor o desenho de João Maximiano Mafra, ficando a confecção

da estátua a cargo do escultor francês Luiz Rochet¹ que, após visita ao Brasil, a elaborou em seu país natal.

O monumento seria alusivo aos “grandes feitos” de Pedro I, mormente a independência e a constituição, que teriam colocado o novel país no rol das nações civilizadas. A figura representada a cavalo, trazia em si um significado histórico maior, uma vez que traduzia o andamento ou ação, sustentado o andar expressivo de grandeza da alma, prudência, segurança, sangue frio e triunfo. A estátua equestre buscava tornar evidente a realeza do personagem e a grandeza de sua ação, uma vez que apenas reis, imperadores ou personagens de grande destaque histórico são apresentados nesse gênero estatutário, comparando-se dessa forma D. Pedro I aos seus antepassados europeus. Para a indumentária da figura do Imperador fora planejado o uso da coroa, do cetro e do manto sobre o uniforme militar, destes, permaneceu o uniforme, mas em lugar do cetro, foi empunhada a constituição, de modo que, para além da estabilidade do Império, buscava-se consolidar o seu caráter constitucional².

Intentava-se demonstrar através do eternizar em bronze que Pedro I representava a própria vitória do Estado Nacional Brasileiro sobre as intempéries que lhe afligiram à sua gênese, pois, em síntese, as estátuas equestres glorificam um chefe vitorioso, constituindo um símbolo de seu triunfo e de sua glória, já que, assim

¹ RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Memória em bronze – estátua equestre de D. Pedro I. In: KNAUSS, Paulo (coord.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 16-19.

² RIBEIRO. p. 18.

como ele doma sua montaria, domina as forças adversas³. Seria elevado assim um monumento de proporções avantajadas, formando um conjunto de significativa alegoria na praça em que foi levantado. Esse conjunto é encimado pela figura do primeiro Imperador em sua montaria, ostentando à mão direita a carta constitucional brasileira. O país seria representado pela inscrição dos nomes de suas vinte províncias, bem como por quatro grupos alegóricos simbolizando bacias hidrográficas nacionais – Amazonas, Madeira, Paraná e São Francisco, identificadas através de figuras indígenas e animais típicos de cada região⁴.

³ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 200.

⁴ O *Jornal do Comércio* descreve o trabalho do escultor francês: O sr. Rochet, no intuito de conhecer a localidade em que devia ser colocada a sua obra, e de estudar os tipos dos nossos caboclos com que devia representar os quatro rios, e os animais e plantas próprios destes lugares, fez uma viagem ao Brasil no mês de julho de 1856. No Rio de Janeiro propôs à comissão algumas alterações no projeto adotado, consistindo as principais em tornar octógona a forma retangular do pedestal, diminuir a extensão do baseamento, suprimir os quatro candelabros de bronze em forma de coqueiros, e aumentar com mais duas figuras os grupos dos rios Paraná e Amazonas. Aceitas estas alterações quanto ao pedestal, voltou o Sr. Rochet para Paris, e ali, depois de quase cinco anos de insano trabalho, completou um dos mais gigantescos monumentos deste gênero. No que tange à estátua em si, descrevia o periódico carioca que os grupos estão modelados com a energia e o estudo natural que distingue a escola francesa moderna, o Amazonas, o Madeira e o São Francisco fariam cada um por si só e isoladamente um belo monumento. A criança que dorme no primeiro destes grupos é de uma

Desse modo, a estátua de D. Pedro I, concebida dentro dos cânones neoclássicos em voga na época, buscava atrair a atenção dos passantes, procurando cumprir o papel que lhe fora destinado e lembrando que outrora fora, o próprio Imperador, o centro dos acontecimentos fundadores do Império - a independência e a constituição. Nesse quadro, o Estado Monárquico personificava-se na escultura como um todo, procurando um significado maior que corresponderia a sua própria consolidação. A inauguração fora marcada para 25 de março de 1862, entretanto acabou adiada para 30 do mesmo mês tendo em vista as constantes chuvas. Precedido de uma série de preparativos, o ato solene mobilizou a capital imperial, levando à venda e ao aluguel de uma série de indumentárias e acessórios, bem como de “lembranças” da data festiva; à reserva para aluguel de cômodos, cadeiras em varandas e salas mobiliadas para assistir ao evento; à primorosa decoração das ruas e ao

beleza encantadora; o Madeira tem tanta vida e movimento; o São Francisco tanta nobreza e majestade. Já o objeto principal foi tratado com o talento do autor do *Guilherme - o conquistador*. O herói faz estacar o seu nobre ginete andaluz, e apresenta ao mundo o auto da Independência do Brasil. O monumento tem no pedestal a representação do país, figurado pelos grupos e no friso a nação constituída pelas vinte províncias do Império. Tem de altura o monumento 3,30 metros até o alto da cantaria, 6,40 até o alto da cornija, e 6 metros a estátua equestre. O peso total do bronze é de 55 mil kg, que se dividem pela forma seguinte: 28 mil kg todo o pedestal, 12 mil kg a estátua equestre, 10 mil kg os dois grupos grandes e 5 mil kg os dois pequenos. JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 31mar. 1862.

aformoseamento do entorno. Apesar da continuidade da chuva, os festejos transcorreram dentro da ordem e o programa da cerimônia envolvia repiques de sinos, embandeiramentos, salvas de tiros, desfile de autoridades e de tropas, toque de hinos, *Te Deum* e leitura de discursos. Compareceram à solenidade os membros da casa imperial e representantes da administração pública das esferas nacional, provincial e local⁵.

Ainda que se buscasse demonstrar que o erguimento do monumento fosse uma aspiração nacional, não foi de aceitação integral aquela ereção. Desse modo, embora apresentada como o desejo de todos os brasileiros, tratava-se, de fato, da expressão de um grupo politicamente representado que pretendia levar a cabo uma ideia, lançando mão para isso do recurso da descrição histórica⁶ como estratégia argumentativa. Nesse quadro, com a suntuosidade ornamental, os detentores do poder pensavam em se legitimar em suas posições⁷, defendendo através do que seria um exemplo cívico e histórico – no caso encarnado em Pedro I – a manutenção do *status quo*. Apesar desses intentos, significativa oposição manifestou-se acerca do monumento, mormente aqueles segmentos ligados a um liberalismo mais radical ou ainda ao republicanismo, herdeiros do que chamavam de Revolução do 7 de Abril – a abdicação de D. Pedro I – e que não aceitavam que a homenagem se centrasse na figura do primeiro

⁵ RIBEIRO. p. 18 e 20-24.

⁶ RIBEIRO. p. 17.

⁷ DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Estatuários, catolicismo e gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 350.

Imperador, por considerá-lo traidor dos princípios liberais em suas práticas autoritárias de governo. Ocorreria então um conflito no qual estava em jogo a criação de identidades históricas e dos personagens que deveriam ser heroificados e elevados ao panteão dos célebres brasileiros.

Os opositores ao monumento chegaram a cogitar que a homenagem deveria recair sobre José Bonifácio, o “patriarca da independência”, ou ainda sobre o “mártir” Tiradentes. Nesse sentido, se estabeleceria um conflito em torno dessas figuras históricas, mais acirradamente entre Pedro I e Tiradentes. A inauguração da estátua do primeiro Imperador no Largo do Rocio, ou Praça da Constituição, trouxe em si a ocasião e o local da própria materialização do conflito, pois, no lugar onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia uma estátua ao neto da rainha que condenara o inconfidente à morte infame. Diante disso, Teófilo Otoni, o liberal mineiro da Revolta de 1842, chamou a estátua de “mentira de bronze”, em uma expressão que viraria grito de guerra dos republicanos. Chegou a ser elaborado um poema que seria distribuído por ocasião da inauguração, ato impedido pela polícia que apreendeu os folhetos, nos quais apareciam entre outros versos: “Nos dias de cobardia/ festeja-se a tirania/ Fazem-se estátuas aos reis./ Hoje o Brasil se ajoelha/ E se ajoelha contrito/ Ante a massa de granito/ do primeiro Imperador”; e, lembrando o “bronze vil”, referia-se a Tiradentes – “Foi

ele o mártir primeiro/ Que pela pátria morreu./ Do sangue de Tiradentes/ Brotou-nos a salvação”⁸.

A partir das manifestações oposicionistas, os defensores da edificação do monumento a Pedro I também se mobilizaram. Argumentava-se que não transluziam naquela cruzada odienta levantada do pé para a mão nos últimos dias contra a memória de D. Pedro I, nem os ditames da consciência, nem a crítica sensata e refletida da história, nem as inspirações do patriotismo. Apontava-se para um plano dos opositores de subverter a intenção da homenagem, destacando-se que – a não ser a evocação odienta do infeliz Tiradentes, cuja originalidade chegava-se a reconhecer, a virulência da linguagem e a perfídia do ataque – nada surpreendia nas apreciações consideradas históricas e, na verdade, arrançadas calculadamente em ódio à situação⁹. Não se aceitava assim essas ditas apreciações históricas destinadas a derrubar Pedro I do pedestal erguido pela fundação de um Império, a liberdade de dois povos, a abdicação de duas coroas, seus triunfos militares e a sua morte gloriosa¹⁰.

Os defensores do erguimento da estátua lembravam aquilo que consideravam como rasgos de heroísmo e provas de tão generosa dedicação de D. Pedro I, o qual teria feito tudo quanto era possível para provar a lealdade de suas intenções, seu aferro à causa constitucional, seu amor ao Brasil, só não fazendo o que

⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 60-61.

⁹ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 28 mar. 1862.

¹⁰ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 29 mar. 1862.

seria impossível, ou seja, proclamar a República para satisfazer aqueles que julgavam a monarquia planta exótica na América. Acusando seus detratores, os defensores do monumento consideravam que naquele debate só se poderia enxergar um espírito fascinado pelas prevenções de maneira a não só faltar às condições do historiador imparcial, como às da verdadeira crítica, tomando-se os fatos materialmente sem os exames prudentes e imparciais das circunstâncias que os presidiram e os produziram. Nessa linha, explicavam que a estátua que se levantava ao Imperador marcava duas grandes épocas da nação brasileira, as quais não poderiam ser riscadas da História do Brasil, sem se riscar também, ou o caráter da nação, ou a qualidade de nação livre, confirmando-se que, aqueles que censuravam a inauguração da estátua esqueciam que nisso envolviam a censura a qualquer monumento que se levantasse para perpetuar na memória dos homens esses gloriosos feitos do país, uma vez que seria impossível desligar Pedro I dessas “gloriosas épocas”¹¹.

Dessa maneira, o passado tornava-se tão presente e consciente quanto o era a estátua em bronze do primeiro Imperador, de modo que, no debate intenso que animava a imprensa, nos prós e contras levantados em torno da homenagem, a “voz da história” buscava no passado os acontecimentos legitimadores da “honra” que se rendia ao considerado herói da independência. Nesse quadro, reafirmava-se ainda uma vez com base na história, o discurso da independência monárquica, como possibilidade única de firmar a liberdade no país e, ao mesmo tempo, garantir a unidade da nação, tornando-a

¹¹ JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 30 mar. 1862.

partícipe do mundo civilizado. Assim, imortalizado no bronze, rememorado festivamente, a despeito do tempo e de alguns protestos, D. Pedro I inscrevia-se no cenário monumental do imaginário urbano do Rio de Janeiro. Ficava delimitado seu espaço bem no coração da cidade, com a majestade própria aos imperadores e acreditava-se que poderia atravessar o século, impregnado de história e de estatuamania à francesa, lançando-se à posteridade¹².

A mudança na forma de governo reacenderia o debate em torno da figura equestre de Pedro I, uma vez que, simbolizando o poder do Estado Monárquico no momento de sua inauguração, o monumento adquiriu, com a proclamação da República, uma interpretação diversa¹³. Nessa linha, a luta entre a memória do primeiro Imperador e a de Tiradentes tornou-se aos poucos emblemática no debate entre monarquistas e republicanos. O conflito permaneceria mesmo depois do 15 de Novembro, passando a representar correntes republicanas distintas. No conturbado ano de 1893, o Clube Tiradentes se propôs a encobrir a estátua de D. Pedro I para comemorar o 21 de abril, atitude cancelada diante de protestos. Nas décadas seguintes várias foram as propostas de ereção de monumento a Tiradentes, inclusive em locais próximos ao do Imperador, culminando com o seu erguimento em frente ao novo prédio da Câmara, inaugurado em 1926, com o nome de Palácio Tiradentes. A estátua de Pedro I ficou onde estava, mas foi-lhe imposta a convivência cívica com o

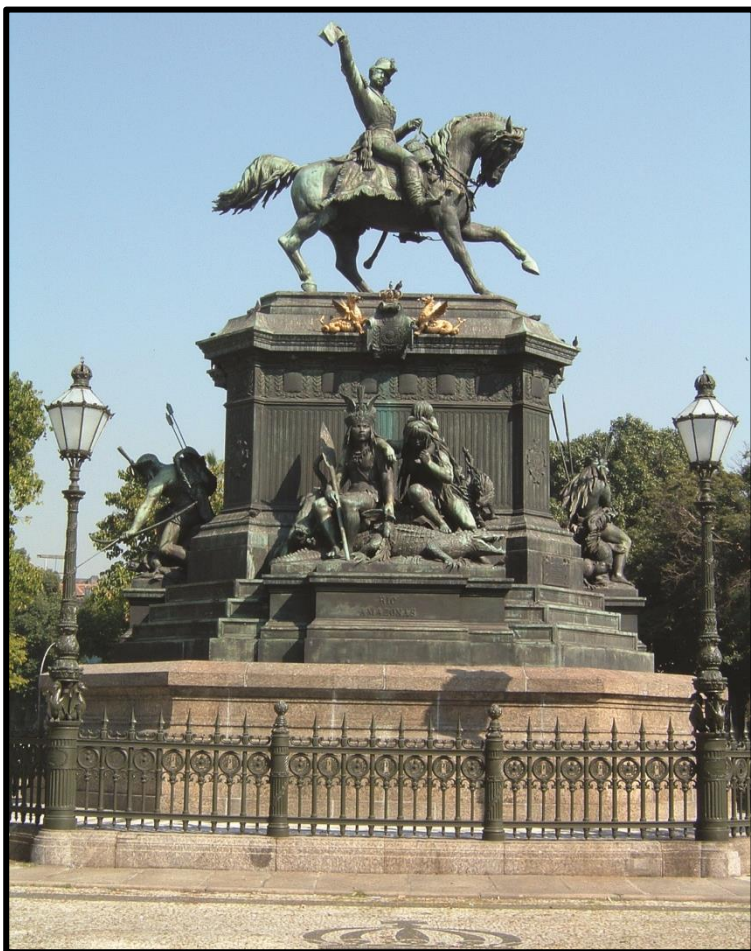
¹² RIBEIRO. p. 15, 24 e 25.

¹³ RIBEIRO. p. 27.

rival, pois o logradouro onde estava localizada passou a chamar-se Praça Tiradentes¹⁴.

Apesar dos debates à época de sua edificação e posteriores à proclamação da República, a estátua de D. Pedro I acabaria por atingir os intentos de sua edificação, quer seja, a projeção na memória coletiva daquilo que deveria ser didática e historicamente o exemplo moral e cívico do personagem retratado, exercendo ainda o papel de consolidador das identidades pátrias. A figura equestre de Pedro I passava a ser assim confundida e tomada como um símbolo do país e da nação brasileira, principalmente em determinadas datas comemorativas. O monumento ao primeiro Imperador marcava assim seu espaço na história nacional, tanto pela sua representatividade simbólica, quanto pela historicidade oriunda do seu processo de edificação e permanência no seio da sociedade brasileira.

¹⁴ CARVALHO. p. 61.













O monumento a D. Pedro I e as repercussões junto ao jornalismo rio-grandino

A imprensa, como principal meio de comunicação da época, seria veículo difusor das notícias em torno da idealização e do erguimento da estátua equestre de D. Pedro I. Por todas as províncias os jornais trariam algum tipo de informação sobre o monumento, inclusive no Rio Grande do Sul. Nesse quadro, a cidade do Rio Grande, maior entreposto comercial gaúcho de então não seria diferente. Possuindo um dos jornalisismos mais avançados no contexto sul-rio-grandense de então¹⁵, a comuna portuária trouxe a público algumas repercussões em torno da homenagem monumental ao primeiro Imperador. Três notas/notícias publicadas em épocas próximas à inauguração daquela estátua permitem observar como a imprensa de então informou a população sobre o que ocorria na Corte. As três matérias foram publicadas nos jornais diários que naquele momento eram editados na localidade, ou seja, o *Diário do Rio Grande* (1848-1910), um dos mais importantes jornais rio-grandinos que, apesar de alguma aproximação com os partidos políticos, buscou nortear seu mote editorial a partir da preeminência do caráter

¹⁵ A respeito da imprensa rio-grandina, ver: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999.; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002.

noticioso; *O Comercial* (1858-1882), folha que também tinha seus vínculos partidários, mas se tornou notória pelas suas matérias concernentes às lides mercantis; e o *Eco do Sul* (1858-1934), o mais longo periódico rio-grandino e um dos mais combativos diários em relação às disputas partidárias¹⁶.

O *Diário do Rio Grande* publicaria nove meses antes da inauguração do monumento, a nota “A estátua equestre do Sr. D. Pedro I”¹⁷, na qual relatava a presença da mesma em exposição organizada em 1861. Noticiava o jornal que, no centro do jardim das esculturas elevava-se um monumento enorme, destinado a ornar a cidade do Rio de Janeiro, o qual era a estátua equestre colossal do Imperador D. Pedro I, fundador da independência do Brasil. Descrevia a folha que a estátua principal ocupava o cume de uma elevação cônica, a cujos lados estavam figurados, sob formas humanas muito variadas, os quatro grandes rios – Amazonas, Paraná, Madeira e S. Francisco, acompanhados dos animais próprios da América do Sul. O periódico explicava que a grande obra, de uma composição original, e executada com energia, era de Luiz Rochet, opinando que, pondo de

¹⁶ Respectivamente, sobre o *Diário do Rio Grande*, *O Comercial* e o *Eco do Sul*, ver: ALVES, Francisco das Neves. *O primado da notícia como estratégia discursiva: uma história do Diário do Rio Grande*. Rio Grande: FURG, 2001.; ALVES, Francisco das Neves. Uma folha mercantil na cidade do Rio Grande: um histórico do jornal *O Comercial*. In: ALVES, F. N. (org.). *Indústria e comércio na cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 9-37.; e ALVES, Francisco das Neves. *O partidarismo por opção discursiva: o Eco do Sul e seu discurso político-partidário*. Rio Grande: FURG, 2001.

¹⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 27 jun. 1861.

parte o inconveniente do trajo moderno que vestia o Imperador D. Pedro, o todo desta estátua equestre tinha grandeza e dignidade, e os tipos dos homens que habitavam as regiões vizinhas dos quatro grandes rios da América do Sul, bem como a forma variada dos animais que ali viviam, davam a esta vasta composição um aspecto inteiramente particular. A publicação diária rio-grandina arrematava a matéria afirmando que aquela grande obra faria honra ao sr. Luiz Rochet, e satisfaria por certo aos habitantes do Rio de Janeiro.

O Commercial, por sua vez, em edição já posterior à inauguração do monumento, publicou matéria intitulada “Estátua equestre”¹⁸, na qual buscava trazer ao público uma faceta sobre o erguimento do monumento, chamando atenção para a história do processo da edificação, com ênfase à sua gênese. Tratava-se de uma transcrição, na qual o jornal afirmava que não chegava a pretender escrever a história do monumento na Praça da Constituição, porém, somente dar uma notícia da sua origem e do seu primeiro período de incubação. A folha elaborou uma contextualização histórica, iniciando com o retorno de D. João VI para Portugal, a atuação de seu filho Pedro como Príncipe Regente, os antagonismos para com as Cortes Portuguesas e seus planos recolonizadores, os caminhos e descaminhos do movimento emancipacionista, a realização da independência e os desentendimentos políticos e partidários que sacudiriam o I Reinado.

Segundo a folha rio-grandina, as primeiras idealizações em torno da edificação do monumento teriam ocorrido ainda em 1824, quando, através da

¹⁸ O COMERCIAL. Rio Grande, 5 abr. 1862.

imprensa, fora lançada uma proposta em geral aos cidadãos da capital e das províncias do Império do Brasil, para a inauguração de uma estátua equestre, à honra do Imperador. Nessa primeira proposta, descrevia *O Comercial*, a justificativa para a sua realização se dava em torno da asserção de que, ainda que a modéstia, e grandeza de coração do Imperador se lisonjeasse mais em ter a sua efígie esculpida no coração de seus fiéis súditos, pois que dessa maneira poderiam ser perpetuadas de geração a geração as virtudes que ornavam a sua soberania, a gratidão dos brasileiros estaria a exigir que se lhe levantasse uma estátua em uma das praças públicas da capital. O projeto trabalhava com a perspectiva de arrecadação de fundos junto à população, diante do que havia o convite “aos generosos cidadãos” de todas as classes para uma subscrição, que fosse digna de tão importante objeto.

O jornal da cidade portuária ressaltava que para levar em frente o projeto das subscrições populares, se estabeleceriam os vários passos de uma planificação, reproduzindo-se uma atitude que caracterizaria a construção de muitos dos monumentos da formação histórica brasileira. Em primeiro lugar haveria um livro no qual se subscreveriam as assinaturas; depois, chegando o tempo de se receberem as quantias prometidas, o mesmo seria anunciado; a seguir, o recebedor a ser escolhido deveria ser um dos mais opulentos negociantes da Corte, tendo para isso um cofre de duas chaves de que seriam claviculários o mesmo recebedor, e outro negociante de igual porte. Em seguida que houvesse fundos suficientes se deveria dar princípio à obra do pedestal, seguindo o desenho, que se apresentasse enquanto, e ao mesmo tempo, se fazia o

preparo da fundição, ou a mesma seria encomendada para fora do país.

Segundo *O Commercial*, a planificação para o erguimento do monumento previa também a aceitação das autoridades públicas nacionais, explicando que, ao ilustríssimo Senado da capital pertenceria em sua corporação apresentar uma memória à Sua Majestade Imperial, em que lhe suplicasse a honra da aceitação desse espontâneo tributo da lealdade e gratidão dos cidadãos brasileiros, pelos incomparáveis benefícios recebidos da sua sabedoria e firmeza. Ao mesmo tempo, prosseguia o periódico, à Sua Majestade Imperial pertenceria o direito de designar o lugar da inauguração, assim como a nomeação dos indivíduos, que deveriam formar uma junta de administração, arrecadação e direção da grande obra. Finalmente, complementava o jornal, destacando que o ilustríssimo Senado, logo que obtivesse a aceitação do Imperador, deveria, sem perda de tempo, comunicar às câmaras das capitais das províncias, para que de comum com as das comarcas subalternas, pudessem proceder na assinatura voluntária da subscrição.

Na concepção da matéria publicada no diário mercantil rio-grandino, o monumento planejado deveria ser respeitado, não pelo desempenho do mais célebre artista, e sim por um bem fundado dever de gratidão, devendo-se, portanto, esperar que o convite não fosse só bem aceito, mas igualmente aplaudido por todos. De acordo com *O Commercial* a ideia não fora levada em frente nos anos seguintes, embora uma autoridade pública tenha chegado a buscar despertar a gratidão nacional ao fundador do Império, oficiando a todas as províncias para que promovessem o andamento da subscrição geral

que abrisse o Senado da Câmara. Ainda assim, o plano do monumento viria a arrastar-se por décadas, o que levantava o questionamento do jornal quanto aos motivos de tal protelação, ao que a própria folha trazia a resposta, quer seja, a crise político-institucional e revolucionária que agitara o país durante o I Reinado e o Período Regencial, vindo a ser retomada nos anos cinquenta, através do projeto de Haddock Lobo.

Já uma matéria publicada no *Eco do Sul* que fez referência à estátua equestre de Pedro I, foi publicada com o título “O dia 25 de Março”¹⁹, na qual o jornal buscava ressaltar a ação do primeiro Imperador, mormente no que tange à Constituição de 1824 que, naquela data, passava por mais um ano de existência. O maior objetivo do periódico era comemorar a efeméride, destacando a importância da implantação da constituição, chegando a apontar esse ato como de maior relevância que o da própria independência. Afirmava a folha que mais uma vez se levantava majestoso e radiante o sol do dia 25 de março e mais uma vez o povo brasileiro saudava na aurora daquele dia, o aniversário de juramento da constituição, a qual não só estaria a garantir ao Brasil a liberdade, mas também a paz, a ordem e o progresso lento e refletido. A publicação tecia uma comparação, opinando que, se a data de 7 de setembro de 1822 era a independência do Império, a sua verdadeira existência, o seu ser político, datava de 25 de março de 1824, uma vez que se dera primeiro, a resolução da independência, a expulsão dos opressores, as lutas da constituinte e, depois, a aurora da paz, da

¹⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 25 mar. 1862.

ordem e da glória no bruxulear da luz da liberdade garantida pela Constituição Política do Império.

Em linguagem figurada, o jornal afirmava que a constituição seria para os brasileiros, o que foram as tábuas de Moisés para os israelitas, ou seja, a consagração da nacionalidade, a garantia da ordem, da paz e do progresso, a arca santa da nação. Ainda no campo dos enaltecimentos, a folha destacava que a carta constitucional vinha sendo a vara de condão que dirigira o fado do Brasil e, embora houvesse ela sido mutilada em muitas partes – em uma alusão às reformas realizadas durante as Regências –, ou seja, que tivesse sido prejudicada no correr dos tempos, ainda assim se lhe devia o progresso do país, a paz e ordem que vinham reinando. Lamentava a publicação que nem sempre a letra da constituição houvesse sido respeitada em toda a sua extensão, pois se isso tivesse ocorrido, mais brilhante teria sido o progresso, mais patente o desenvolvimento político e os recursos dessa terra de promessa teriam sido melhor aproveitados e o Império teria obtido mais elementos de sólido progresso para o interior, e de respeito para o exterior.

No mesmo sentido, afirmava o longo-diário rio-grandino que o Brasil era um estado jovem e novato na carreira da independência, o povo recém se formava, porque quando irradiara no horizonte político o sol do 7 de Setembro, não estariam os brasileiros preparados para a liberdade, não tinham os elementos necessários para a emancipação, e sim, apenas valor, vontade firme e esperança no futuro, mas lhes faltavam a experiência política e o hábito da liberdade, advindo daí as várias crises políticas e institucionais pelas quais passara o país. Mesmo assim, o periódico destacava que, apesar dessa

inexperiência política, e das faltas e vicissitudes, o Brasil era na América do Sul o país que mais progresso sólido vinha tendo, onde a estabilidade da paz e da ordem já não eram um mito e que com passos agigantados caminhava para um porvir de glória. Na concepção da folha, era à constituição que se devia o bem estar nacional e a esperança de glória para o porvir, pois sem ela, estaria a sociedade brasileira entregue às lutas da anarquia, que dividiam os outros países do Sul da América, de modo que, sem ela, a independência houvera sido um funesto presente.

Ao tecer tantos elogios à Constituição Imperial, o *Eco* estendia os mesmos a Pedro I, chamado de Napoleão do Sul, ou ainda ressaltado como o homem que criara dois países livres, outorgara duas constituições, fundara duas dinastias e abdicara duas coroas. O primeiro Imperador, de acordo com a folha, era um gênio único e singular, que compreendera bem a sua tarefa, pois sabia que não bastava dar ao Brasil a emancipação e a liberdade, e sim que era necessário garantir-lhe ambas por uma libérrima constituição política, que lhe consagrasse os foros de livre, lhe desse os meios para uma existência independente e lhe garantisse paz, progresso e glória. A constituição aparecia assim nas páginas da publicação rio-grandina como uma das maiores obras de D. Pedro que, se cercado dos mais esclarecidos estadistas, dos mais distintos políticos, elaborara com o auxílio deles a carta constitucional de 25 de março de 1824, que viera a consagrar a independência e a consolidar a existência política brasileira.

Ao enaltecer a atuação do primeiro Imperador, o *Eco do Sul* fazia referência ao monumento, considerando-o como uma justa homenagem. Segundo o jornal, o

Brasil estaria a pagar a dívida que contraíra para com o seu libertador e legislador, já que, na Corte do Império estava sendo ereta a gigantesca estátua que às gerações vindouras conservaria a memória daquele a quem o Brasil tudo devia. Para a folha não havia momento mais próprio para tal solenidade, já que, no dia 7 de setembro, ele cedera ao impulso do coração tanto quanto à necessidade, e o passo dado no campo do Ipiranga teria sido pernicioso e funesto, se a constituição não tivesse vindo consolidar a existência política nacional. De acordo com essa perspectiva, no dia 25 de março, D. Pedro dera ao Brasil a garantia da estabilidade, da liberdade, da paz e do progresso.

Mantendo o tom comparativo, o *Eco* afirmava que o dia 7 de setembro nada teria sido sem o dia 25 de março, pois aquele apenas começara a obra, este a coroara; aquele era digno de regozijo, este de veneração, porque a liberdade só poderia existir proficuamente na lei e a anarquia seria a desgraça e mil vezes pior que a escravidão. Desse modo, a folha considerava que fora bem escolhido o dia para a ereção da estátua de D. Pedro I, uma vez que, naquele momento, o povo da Corte, curvar-se-ia ante o monumento que representava o primeiro Imperador e tal dia deveria ser de júbilo e alegria para todos os brasileiros, pois o Brasil estaria a pagar uma dívida sagrada no aniversário do dia em que a contraíra. Resumindo os reflexos da anunciada inauguração do monumento no Rio de Janeiro e aplaudindo o ato, o *Eco do Sul* declarava que, nas longínquas fronteiras do Sul, não se veria as festivas galas, nem ouviria as salvas, que ao mundo anunciavam a queda do invólucro da estátua do imoral herói D. Pedro I, no entanto, os gaúchos estariam a sentir, com os

seus irmãos das outras províncias, a alegria no coração, o entusiasmo na mente, propondo uma reunião de vozes no uníssono brado: “Viva a Constituição Política do Império! Viva a memória do herói da independência! Viva o seu augusto filho, nosso Imperante! E viva o dia 25 de Março!”.

Assim, essas três matérias refletiriam algumas das repercussões da edificação do monumento a Pedro I na cidade portuária. Cada jornal, de acordo com seu norte editorial e sua construção discursiva, optara por uma forma de abordagem. O *Diário do Rio Grande* e a sua ideia de primado da notícia e *O Comercial*, privilegiando a temática mercantil, buscaram apresentar perspectivas mais noticiosas, sem preocupar-se com a questão opinativa, o primeiro com uma nota descritiva, apresentando a estátua por um prisma mais artístico e o segundo visando a destacar um momento da histórica da ereção do monumento. Já o *Eco do Sul*, bem mais partidário, enaltecia a construção da estátua como um símbolo da relevância da constituição, criticando os focos revolucionários e as constantes tentativas de promover modificações “radicais” na carta brasileira, além de saudar tanto o aniversário da constituição quanto o erguimento da estátua equestre como fundamentos importantes para garantir que o país continuasse a seguir nos trilhos da paz, da ordem e do progresso lento e refletido, muito a contento com os princípios conservadores.

Aliás, com níveis diferenciados de manifestação, tanto o *Diário*, quanto *O Comercial* e ainda mais o *Eco* acompanhavam o ideário conservador e desse modo apoiaram a edificação do monumento e sua função pedagógica em torno da idolatria e da heroificação do

personagem retratado e das representações dele advindas, bem como não abriram espaço à divulgação dos debates ocorridos acerca do mérito, ou da falta do mesmo, no que tange à edificação. A cidade do Rio Grande recebia dessa maneira, através de seus jornais, as notícias a respeito daquele monumento, as quais trariam reações junto ao imaginário de ao menos um segmento da população rio-grandina, notadamente através dos símbolos e da grandeza da estátua, estimulando a vontade de alguns que poderiam viajar até a Corte para visitá-la, ou ainda de outros que quereriam que também a progressista comuna litorânea viesse a ter em suas praças obras monumentais, em um processo que viria a se desenvolver somente quase que três décadas mais tarde. Mesmo à distância, a função precípua da estatuária estava garantida, até nas longínquas plagas do sul, já que o estímulo, a vivificação e a cristalização em pedra e metal da memória coletiva em torno de D. Pedro I, ainda que na forma de notícia, espalhava-se pelo país.

Quando a estátua equestre de Pedro I ganha movimento: as transmutações promovidas pela caricatura

A figura equestre de Pedro I passou a ser confundida e tomada como um símbolo do país e da nação brasileira, mormente em determinadas datas comemorativas. Mas o monumento ao primeiro Imperador não serviria apenas para que os jornais enaltecessem as datas cívicas, servindo também como pano de fundo ou protagonista de manifestações críticas.

Em tais representações haveria uma transmutação, pois, em geral, a estátua, de figura inanimada, praticamente ganhava vida, movimento e fala, com uma mudança de natureza possível apenas no campo do mental, no momento em que a arte caricatural subvertia a arte estatutária.

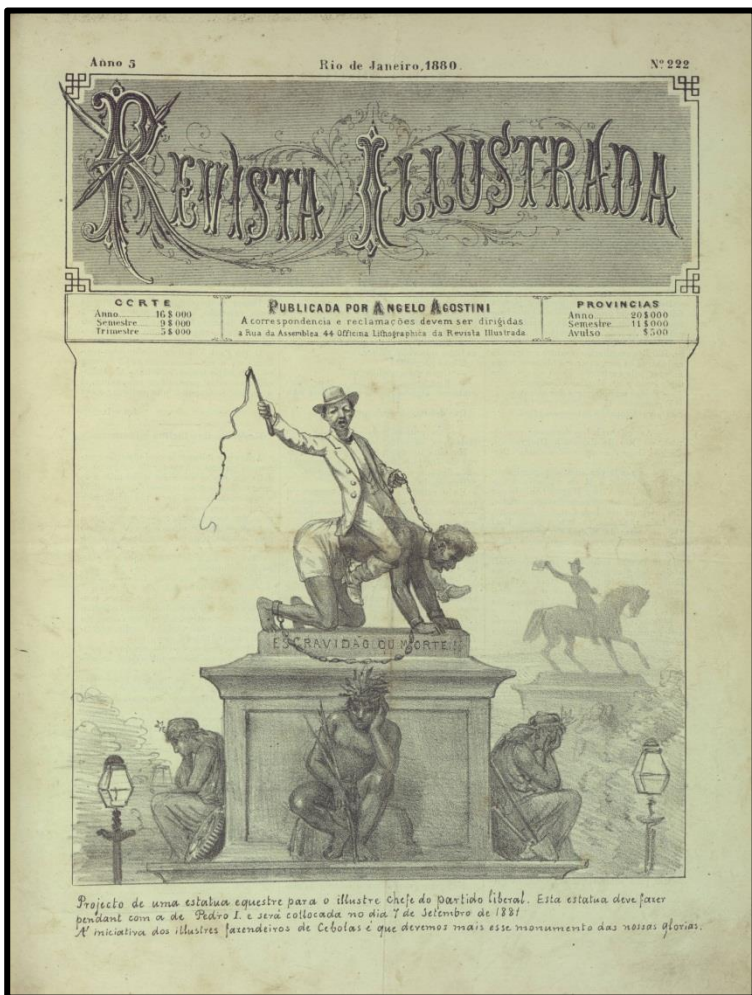
Uma das folhas caricatas que mais iria trazer à baila o monumento a D. Pedro I seria a *Revista Ilustrada* que circulou no Rio de Janeiro a partir de 1876, sob a orientação do artista italiano que se radicou no Brasil Ângelo Agostini, um dos maiores expoentes da caricatura brasileira. À época monárquica, a *Revista* constituiu-se em uma das mais ferrenhas críticas ao *status quo* governamental, sustentando uma construção discursiva fortemente calcada nos ideais abolicionistas e republicanos. Com o característico norte editorial calcado no humor, o hebdomadário carioca (que chegou a também ser quinzenal ou mensal ao longo de sua vida) transformar-se-ia em uma das mais importantes folhas de seu gênero no Império. Além da própria circulação e da leitura, os textos e, principalmente as imagens impressas em suas páginas, foram reproduzidas em larga escala por folhas caricatas de diversas partes do país, em uma difusão extraordinária de suas convicções e formas de reproduzir a realidade. A vida do jornal acompanharia a mudança da forma de governo brasileira, tendo circulado até 1898²⁰.

²⁰ Sobre a conjuntura da caricatura brasileira, ver: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t.80. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 583-609.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; LOBATO,

O intento de demarcar a data histórica do 7 de Setembro seria um dos momentos em que a estátua de D. Pedro I mais ganharia espaço às páginas da *Revista Ilustrada*. Em 1880, ao demarcar a data da independência, o semanário caricato, lembrando suas fortes tendências abolicionistas mostrava um monumento alternativo que poderia ser colocado ao lado da estátua do primeiro Imperador. Na estátua idealizada ironicamente pela folha, um político de chicote à mão montava um escravo agrilhado, sobre a inscrição escravidão ou morte. As figuras indígenas que constituem o monumento original encontravam-se medíabundas, sorumbáticas e até envergonhadas, completando o quadro de oposição ao escravismo expresso pelo jornal. A legenda era: “Projeto de uma estátua equestre para o ilustre chefe do partido liberal. Essa estátua deve fazer *pendant* com a de D. Pedro I e será colocada no dia 7 de setembro de 1881. À iniciativa dos ilustres fazendeiros de cebolas é que devemos mais esse monumento das nossas glórias”²¹.

Monteiro. *Ideias de Jéca Tatú*. São Paulo: Brasiliense, 1946. e TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

²¹ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 4 set. 1880.



Em outra comemoração da data da emancipação política brasileira, a *Revista* demonstrava certa insatisfação com as manifestações em torno daquela data cívica, considerando muito menoscabado o simples espocar de foguetes. Através da caricatura, a folha deixava implícita sua convicção de que a nacionalidade brasileira ainda não se encontrava plenamente afirmada, ainda que transcorrido mais de meio século da independência. Diante do foguetório, Pedro I encontrava-se caindo do cavalo, e as demais figuras da estátua, indígenas e animais, apareciam também a tombar, equilibrando-se precariamente na coluna do monumento. O desenho era acompanhado pelo texto: “A brava gente não tendo até hoje achado outro modo de manifestar o seu entusiasmo senão por meio de foguetes, o brônzeo monumento da independência e todo o seu séquito, acabarão um dia por escamar-se deveras”²².

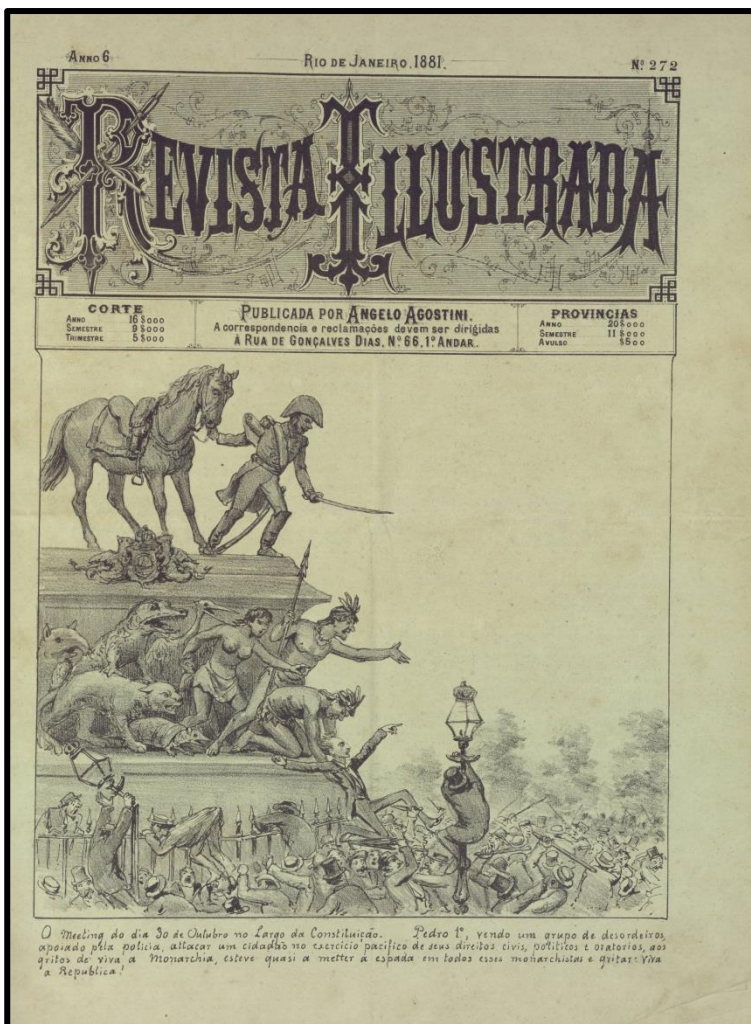
²² REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 10 set. 1881.



Os debates sobre a forma de governo brasileira também eram trazidos aos leitores do hebdomadário caricato fluminense e neles, a estátua de D. Pedro I

aparecia como protagonista, caso da figura na qual o Imperador mais uma vez apeava de seu cavalo e espada em riste preparava-se para enfrentar uma multidão. Outra vez os índios e os animais que compunham a alegoria acompanhavam a atitude do personagem principal, mostrando-se em posição hostil em relação à confusão que dominava a praça na qual se localizava o monumento. Tal desenho era explicado pela inscrição: “O *meeting* do dia 30 de outubro no Largo da Constituição. D. Pedro I vendo um grupo de desordeiros, apoiado pela polícia, atacar um cidadão no exercício pacífico de seus direitos civis, políticos e oratórios, aos gritos de viva a monarquia, esteve a quase meter a espada em todos esses monarquistas e gritar – Viva a República!”²³. Mais uma vez o jornal lançava mão da ironia, ao mostrar o primeiro Imperador defender um regime ao qual se contrapunha e, ao mesmo tempo, a folha demonstrava seu intento de ampla manutenção do direito à livre expressão do pensamento.

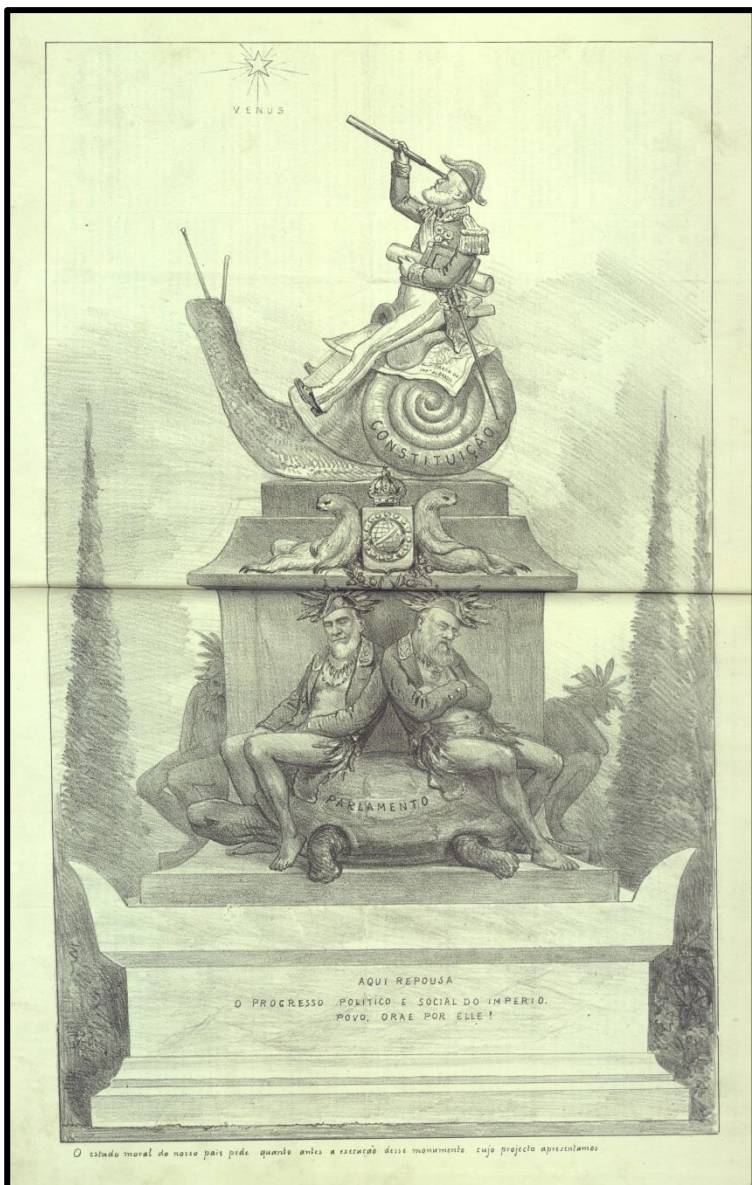
²³ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 5 nov. 1881.



A alusão ao 7 de Setembro utilizando-se da imagem em torno do monumento a Pedro I voltaria às

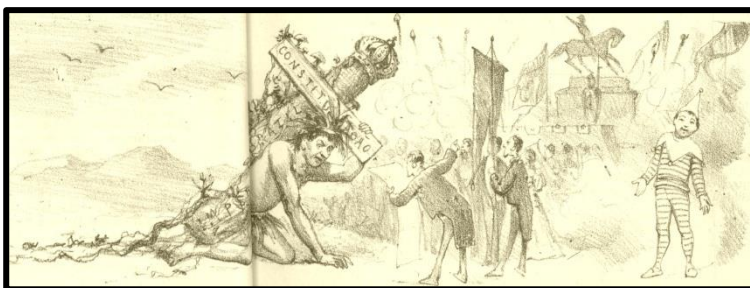
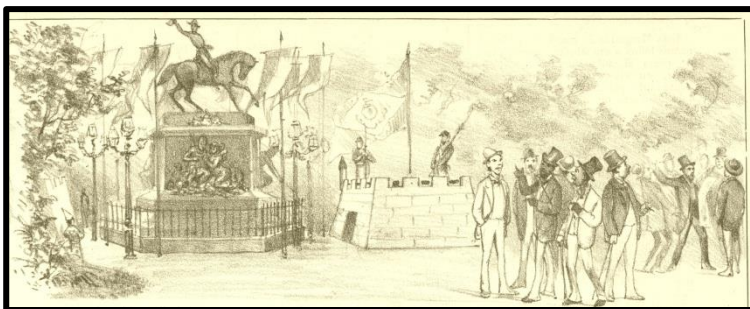
páginas da *Revista Ilustrada*. Dessa vez, o primeiro Imperador era substituído pela figura de seu filho, mais preocupado com seus estudos científicos do que com os assuntos de Estado. D. Pedro II era mostrado com pendores de astrônomo, observando Vênus no firmamento através de uma luneta, com livros e papéis sob o braço. Tudo na caricatura inspirava lentidão: Pedro II encontrava-se sentado sobre a carta do Império do Brasil, a constituição era simbolizada por uma lesma, os animais representativos de cada uma das regiões brasileiras eram substituídos por dois bichos-preguiça, os políticos, como índios estilizados, encontravam-se em sono profundo, e o parlamento era representando por uma enorme tartaruga. Desse modo, o semanário buscava fazer referência à morosidade que tomava conta do Estado brasileiro e à letargia em levar em frente as reformas de ordem político-administrativa e socioeconômica. O quadro era completado pela lapidar frase à base de sustentação da estátua: “Aqui repousa o progresso político e social do Império. Povo orai por ele!”; ao passo que a legenda era: “O estado moral do nosso país pede quanto antes a execução desse monumento cujo projeto apresentamos”²⁴.

²⁴ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 2 set. 1882.



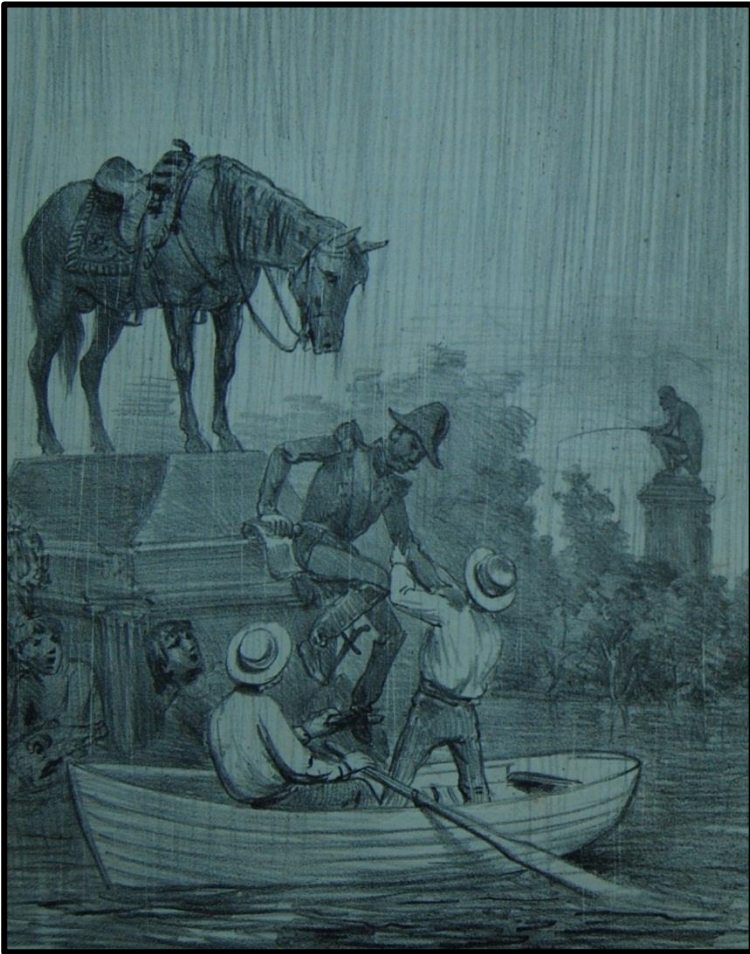
Em outra ocasião das comemorações da independência brasileira, a *Ilustrada* apresentava uma versão extremamente crítica e irônica acerca da formação histórica brasileira. Tratava-se de um conjunto de caricaturas que mostrava o bobo da corte – símbolo da imprensa caricata – acordando com o estampido do foguetório comemorativo e indo visitar o monumento que homenageava o primeiro Imperador, diante do qual afirmava: “Como simples plebeus, limitamo-nos a ir saudar o épico e equestre D. Pedro I de gloriosa e independente memória e pasmamos de ver colocado ao lado do brônzeo fundador do Império uma espécie de... manifestação festiva, oficial e patriótica, fabricada com tábuas de pinho e canhões, representando uma fortaleza de mentira, guarnecida por soldados de verdade”, ao lado da qual pessoas se reuniam e, dentre elas, um insistia em discursar sobre uma “Terra de Santa Cruz”. A partir de então, seguem-se vários desenhos, no qual a folha traça conjecturas acerca da origem daquela denominação e acaba por chegar à conclusão de que aquela “cruz” representava a monarquia e a constituição que tinha de ser carregada, junto de uma bolsa designando os impostos e os inúmeros parasitas e cogumelos – representando os indivíduos que se aproveitavam da máquina pública –, pelo povo brasileiro, simbolizado na figura do índio. Enquanto o “povo-índio” mal sustentava sua pesada carga, os homens públicos promoviam as manifestações festivas em torno do monumento a D. Pedro I, sob o olhar perplexo do bobo da corte perante tantas contradições²⁵.

²⁵ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 15 set. 1883.



Temas do cotidiano também passavam pela representação da estátua equestre de D. Pedro I, caso das enchentes advindas das fortes chuvas que assolavam o Rio de Janeiro, cenário no qual mais uma vez o jornal mostrava o primeiro Imperador apeado de sua montaria e sendo acudido por dois indivíduos que cruzavam de barco em plena praça pública. Por ironia a folha fazia uma alusão ao dia do mês em questão que lembrava a abdicação de Pedro I. A legenda dizia: “Se as tremendas chuvas e inundações que têm havido fossem no dia de hoje, é provável que o Pedro I, lembrando que estamos

em 7 de abril, aproveitasse algum bote para se por ao fresco”²⁶.



²⁶ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 7 abr. 1888.

No mesmo ano, outra vez por ocasião da homenagem ao 7 de Setembro, a *Revista* publicava aquela imagem estatuária, mas agora em forma de exaltação, pois o monumento encontrava-se embandeirado e sob foguetório, enquanto a figura do imperador aparecia na companhia do índio, designando o povo brasileiro, ostentando a palavra “livre”. Tratava-se de uma alegoria alusiva à concretização de um dos grandes motes de batalha da folha – a abolição da escravidão, o que era explicado pela inscrição: “7 de setembro de 1888 – pela primeira vez o Brasil festeja esta data com entusiasmo, convicto de que ‘já raiou a liberdade’”²⁷.

²⁷ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, 8 set. 1888.

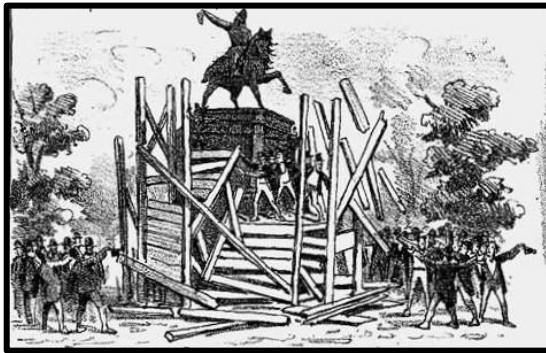
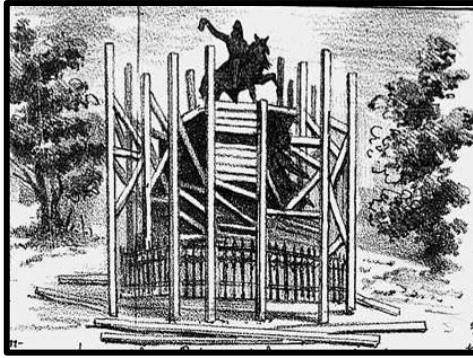


Já em plena vigência da República e em um momento no qual a nova forma de governo enfrentava

uma de suas mais sérias crises, com a deflagração de um foco revolucionário no Rio Grande do Sul, a *Revista Ilustrada* publicava um conjunto de caricaturas envolvendo vários assuntos que dominavam a vida brasileira de então, passando pelas discussões políticas, as dificuldades ministeriais, os debates pela imprensa e mesmo a falta de notícias sobre a guerra civil no sul. Mais uma vez lá estava a estátua de D. Pedro I, agora em uma posição mais passiva, com os acontecimentos se dando ao seu largo, como a colocação de um coreto que viria a ser desmanchado em protesto pela população. Mas a antiga disputa colocada em pauta acerca de quem deveria ser o verdadeiro personagem a representar o Brasil, se Pedro I, ou Tiradentes, ficava bem expressa nas páginas do hebdomadário, favorável ao segundo, conforme sua própria afirmação: “Sensaborona e inteiramente despercebida passou a data de 21 de Abril. A Praça Tiradentes esteve às escuras, em vez de vestir pomposas galas para comemorar o glorioso martírio do intemerato percursor da República Brasileira”²⁸.



²⁸ REVISTA ILUSTRADA. Rio de Janeiro, maio 1893.



Mas as referências à estátua de D. Pedro I não se restringiram apenas à caricatura do centro do país, havendo também recorrência no contexto regional. Foi o caso do Rio Grande do Sul, onde alguns semanários caricatos também emolduraram em suas páginas a figura equestre do primeiro imperador eternizada em pedra. Dentre essas incidências, estiveram os desenhos editados em folhas da zona sul gaúcha, como o *Diabrete*, folha rio-grandina publicada entre 1875 e 1881 e que

tinha na crítica de cunho político uma de suas marcas registradas; a *Ventarola*, periódico pelotense editado entre 1887 e 1890, fortemente inclinado à causa republicana e o *Bisturi*, jornal rio-grandino que circulou entre 1888 e 1893, ligado ao ideário liberal-gasparista e que manteria intensa oposição e resistência ao castilhismo²⁹. Ainda que com diferentes nortes editoriais ou posturas políticas, tais publicações demonstrariam que a imagem do monumento a Pedro I tinha um significado junto à coletividade brasileira, nos seus mais variados rincões, como era o caso daquele canto, no extremo-meridional do país.

Em um desses casos, a estátua equestre de D. Pedro I ganhava vida, com uma cena em que o imperador apeava de seu cavalo e propunha-se a conversar com o povo brasileiro. Não era só o governante que ganhava movimento, o próprio cavalo parecia descansar de sua postura estacada e os índios que compunham a alegoria, mormente os localizados às laterais do monumento, esticavam seus pescoços para presenciar a cena. Pedro I saía de sua posição majestática e de sua estatura sobre-humana, e parecia aproximar-se do povo, em uma postura mais informal, sentado à pedra que compunha o conjunto statuário. A legenda da caricatura dava-se na forma de um diálogo: “O País – Neste dia memorável e solene, nest... – D. Pedro I – Muito bem... mas dispenso o discurso. Como vai com a independência? – O País – Bem muito obrigado. Coitado!

²⁹ A respeito da caricatura gaúcha, ver: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata no Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

Julga-se independente e está mais escravizado do que nunca ao poder mais funesto que impera no Brasil”³⁰.



³⁰ O DIABRETE. Rio Grande, 22 set. 1878.

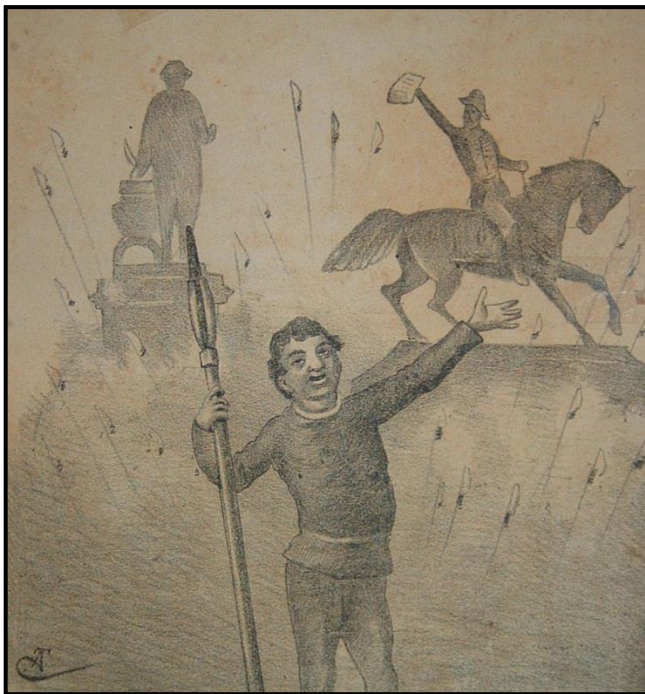
Ao estabelecer aquela incomum informalidade ao primeiro chefe da nação, o jornal caricato buscava demonstrar um D. Pedro I que parecia realmente querer saber dos problemas da população em geral. A alegoria utilizava-se da figura do indígena para representar o Brasil, o qual estava a prestar uma homenagem ao “fundador da pátria”, levando um ramalhete de flores ao Imperador e preparando-se para um discurso formal. O índio acabou sendo interrompido em seu ato pelo próprio Pedro I, o qual destacava que dispensava aquele tipo de peroração e, em uma atitude direta e incisiva questionava ao país como estaria sua vida após cinquenta e seis anos de independência. A resposta do índio/Brasil é breve, automática e não fugia do lugar-comum, surgindo logo em seguida comentário contrário ao real sentido da resposta entabulada. Na resposta ao Imperador quanto a estar bem, o país estaria sendo forçado a esse tipo de declaração, tendo em vista a pressão exercida pelos políticos que assistiam a solenidade e dos governantes, um deles com a espada da política e segurando os grilhões que acorrentavam o índio/Brasil.

Tal caricatura constituía assim uma alegoria da alegoria, ou seja, o conjunto alegórico criado para idealizar a força do Estado brasileiro, na figura de seu fundador, era subvertido, em outro, no qual se buscava demarcar as mazelas que estariam a afligir a vida nacional de então. A imponente e magnânima figura equestre cedia lugar a um Imperador que assistia a uma solenidade formal em sua homenagem, mas que parecia querer conhecer mais a fundo a real situação do país. Ao dar movimento ao conjunto estatutário, o jornal quebrava o próprio caráter formal e oficial do monumento, e até a

almejada sacralidade do personagem retratado. Em lugar do Pedro I inatingível, erigido para servir de exemplo à posteridade, aparecia um homem que descia de seu cavalo e buscava falar abertamente com o povo, em uma possível idealização daquilo que o periódico, refletindo o modo de pensar de determinados segmentos sócio-políticos de então, poderia esperar do comportamento de um governante.

Mas não foi só para a crítica que a caricatura lançou mão da arte estatutária. Nesse quadro, apesar dos debates à época de sua edificação e posteriores à proclamação da República, a estátua de D. Pedro I acabaria por atingir os intentos de sua edificação, quer seja, a projeção na memória coletiva daquilo que deveria ser didática e historicamente o exemplo moral e cívico do personagem retratado, exercendo ainda o papel de consolidador das identidades pátrias. A figura equestre de Pedro I passava a ser assim confundida e tomada como um símbolo do país e da nação brasileira, mormente em determinadas datas comemorativas. Exemplo disso ficava estampado na publicação de desenhos, como no caso de uma homenagem ao 7 de Setembro, ostentando o foguetório em torno dos monumentos aos “fundadores da pátria”, no caso, José Bonifácio e, em primeiro plano, o Imperador, aparecendo não como retrato e sim como estátua. A legenda era exortativa: “7 de Setembro! – Um brado aos patriarcas da Independência”³¹.

³¹ BISTURI. Rio Grande, 8 set. 1889.



A estátua equestre de Pedro I voltaria à baila nas páginas dos jornais caricatos sul-rio-grandenses, nesse caso, com um teor bem mais crítico, quando foi publicada caricatura que fazia referência à mudança na forma de governo brasileira, ocasião na qual se voltava a insistir nos ataques ao monumento do primeiro Imperador, indicando-se agora a sua substituição por uma imagem que representasse a liberdade. Em meio a várias representações alusivas à implantação do “regime republicano” eram colocadas, lado a lado, as estátuas de D. Pedro e uma alusiva à liberdade, esta em primeiro plano em relação àquela, revelando-se a preferência do caricaturista, a qual era ainda mais veemente a partir da

legenda: “E no lugar onde se ergue a *mentira de bronze*, levantemos a estátua da liberdade, hoje que não há um recanto da América onde não se ouça um hino de glória à república”³².



Apenas exemplificativamente, pode-se observar que a utilização de um monumento a Pedro I que ganhava vida ultrapassou até mesmo as fronteiras brasileiras. Foi o caso da imprensa caricata portuguesa que também utilizou tal simbologia³³. Claro que a estátua e a cidade eram outras, mas o personagem era o mesmo, ou seja, o Pedro I brasileiro, IV em Portugal. Tal desenho foi publicado no hebdomadário caricato *Charivari* que circulou na cidade do Porto entre 1886 e

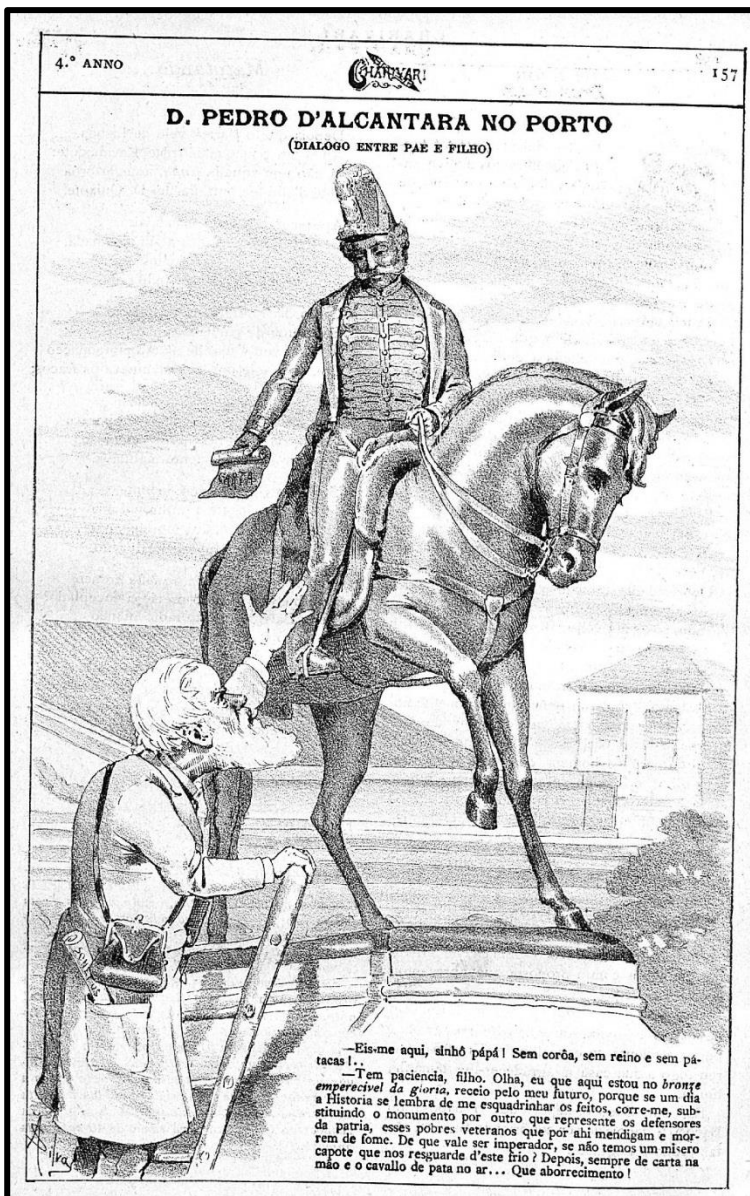
³² A VENTAROLA. Pelotas, 24 nov. 1889.

³³ Acerca da caricatura portuguesa, ver: RODIGUES, Paulo Madeira. *Tesouro da caricatura portuguesa (1856-1926)*. Lisboa: Círculo de Editores, 1979.; e SOUSA, Osvaldo Macedo de. *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal*. Lisboa: Humorgrafe; SECS, 1998.

1899 e manifestou várias formas de reação diante da proclamação da República no Brasil. Em uma dessas caricaturas, o semanário luso mostrava o Imperador brasileiro que havia sido derrubado pelo movimento republicano, travando uma conversa com a estátua de seu pai, que ganhava vida na imaginação do desenhista³⁴. Sob o título “Diálogo entre pai e filho”, o jornal apresentava D. Pedro II dizendo: “Eis-me aqui, *sinhô pápá!* Sem coroa, sem reino e sem patacas!...” Ao que seu progenitor, abandonando a impávida postura estatuária, respondia: “Tem paciência, filho. Olha eu que aqui estou no *bronze imperecível da glória*, receio pelo meu futuro, porque se um dia a História se lembra de me esquadrinhar os feitos, corre-me, substituindo o monumento por outro que represente os defensores da pátria, esses pobres veteranos que por aí mendigam e morrem de fome. De que vale ser Imperador, se não temos um mísero capote que nos resguarde deste frio? Depois, sempre de carta na mão e o cavalo de pata no ar... Que aborrecimento?”³⁵.

³⁴ ALVES, Francisco das Neves. Um *Charivari* na república: representações da nova forma de governo brasileira nas páginas de uma folha humorística lusa. In: Revista *Historiae*. v. 1. n. 2. Rio Grande: Ed. da FURG, 2010. p. 66.

³⁵ CHARIVARI. Porto, 28 de dezembro de 1889.



Assim, estátuas ganhando vida, saindo de seu natural imobilismo e podendo até falar com os transeuntes refletiam as formas pelas quais a caricatura podia transformar a imagem dos monumentos. Nesse sentido, a caricatura demonstrava o poder de moldar a realidade por ela retratada, dando características fisicamente impossíveis às estátuas, as quais a elas só poderiam ser atribuídas através do simbolismo da representação caricatural. A imprensa caricata alterava plenamente o papel social dos monumentos estatutários, utilizando-os como mais uma estratégia editorial voltada ao humor, à crítica e à ironia. Por meio de traços sobre o papel, a pedra e o metal fundiam-se no imaginário caricatural. O monumento ao primeiro Imperador brasileiro estaria plenamente a contento com tal premissa. Às vezes representando a nacionalidade, em outras vivenciando as mazelas que afligiam o país, ou ainda servindo como mote de crítica à situação nacional, a estátua de D. Pedro I povoou recorrentemente as páginas das folhas caricatas do Brasil do centro ao sul e mesmo no contexto internacional. Nas tintas da caricatura, Pedro I deixava sua perene postura estatutária, imobilizado em granito e bronze, para ganhar vida e participar, simbolicamente, do cotidiano e da sociabilidade dos brasileiros do final do século XIX³⁶.

³⁶ Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006. p. 90-98.; ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, cultura e sociedade no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2009. p. 7-24.; e ALVES, Francisco das Neves. *Estátua ganha vida nas páginas dos jornais: uma perspectiva caricatural da arte estatutária*. In:

Historiae. Rio Grande: Editora da FURG, 2011, v. 2, n. 3, p. 9-34.

Estatuária caricatural: uma perspectiva bem humorada do papel social das estátuas na imprensa humorística e ilustrada sul-rio-grandense

Estáticas e sisudas, normalmente têm sido estas algumas das características encontradas na arte statuária. Tendo em vista a função essencial da estátua, quer seja, homenagear respeitosamente um indivíduo ou um acontecimento do passado, essa respeitabilidade acabaria confundindo-se com profunda seriedade, fosse na confecção do monumento, fosse nas formas de cultuar o alvo da homenagem. A caricatura, entretanto, com seu olhar jocoso e crítico, teria o poder de até mesmo subverter o sentido original das estátuas, vindo a transformá-las também em objeto que despertasse o humor ou a reflexão crítica no seio da sociedade onde estivesse inserida. O ato de transformar alguém ou algo em monumento, ou alterar o significado genético da arte statuária passaria a ser uma estratégia editorial do jornalismo caricato que, por várias vezes, utilizou-se de tal expediente para fazer valer um de seus significativos nortes editoriais, a ironia.

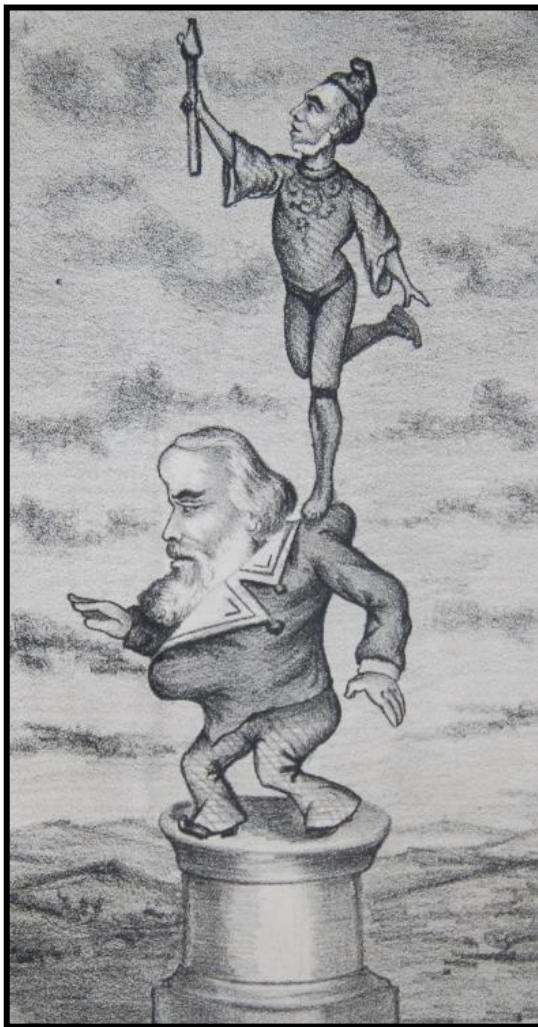
Desse modo, as estátuas são monumentos erguidos em nome da recordação de personagens e/ou fatos junto à memória coletiva. O maior intento desse tipo de homenagem constitui a perpetuação em pedra ou metal daquele ou daquilo que se deseja venerar. A ideia

fundamental é a da rememoração histórica, de maneira que os feitos do passado possam vir a inspirar as gerações futuras, normalmente através de exemplos de moral, civismo e/ou fé patriótica. Imóveis por natureza, as estátuas acabariam por serem cercadas de humor ou por ganhar vida na imaginação dos caricaturistas do século XIX, que repassavam suas criações mentais para o papel através de imagens preñhes de significados e simbolismos. Tais representações seriam por diversas vezes reproduzidas nas folhas caricatas das três cidades onde foi praticado tal gênero jornalístico – Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Os exemplos a seguir constituem uma breve amostragem dessa utilização da estatuária a serviço do humor através da caricatura.

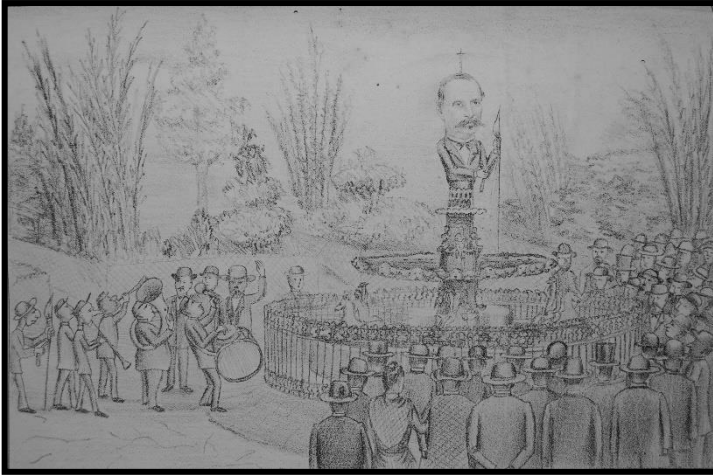
Nem sempre eram estátuas já existentes, as retratadas de forma caricatural, havendo também a intenção de ironizar aqueles cujas pretensões ou atos megalômanos poderiam ser transformados em pseudo-estátuas. Nessa linha, ao invés de servir para enaltecer a figura representada, a suposta estátua serviria para ridicularizar a mesma. Foi o caso de uma caricatura de dois personagens políticos nacionais, cuja síntese de suas ações, consideradas de menor significado era dada através da singela legenda: “A liberdade dando luz ao Brasil...”³⁷. Ou ainda de outra, mostrando a inauguração de um chafariz em praça pública, cuja figura central era a do responsável pelo erguimento do monumento que, ferramentas à mão, era alvo das atenções de um público ao que tudo indica não muito satisfeito, aparecendo a inscrição: “Grosso *forrobodó* no ‘redondo’ da Praça Pedro

³⁷ CABRION. Pelotas, 17 ago. 1879.

II, por ocasião da entrega do mesmo ao trânsito público”³⁸.



³⁸ A VENTAROLA. Pelotas, 15 jan. 1888.

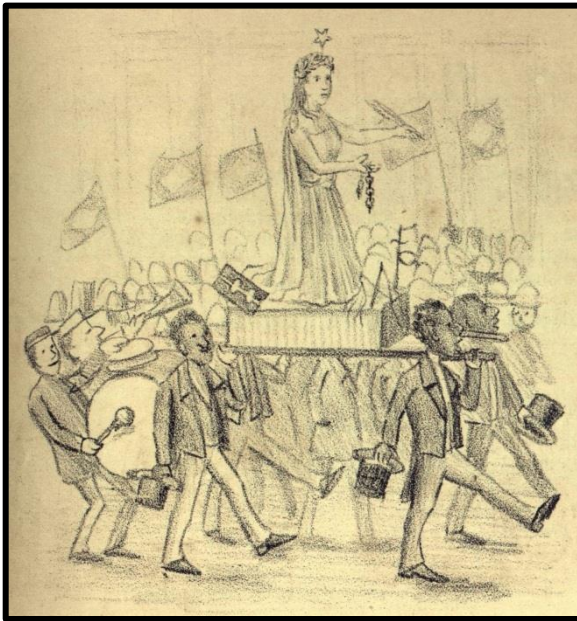


O abolicionismo seria outra temática pela qual os hebdomadários caricatos lançariam mão da representação estatutária. Foi o caso do porto-alegrense *O Século*, que demonstrou seu norte editorial favorável à abolição a partir de um monumento imaginário, com a legenda: “Monumento para perpetuar os sentimentos abolicionistas do Sr. Chico Carneiro”³⁹, em referência irônica à um personagem partidário da escravidão, representada pela negra agrilhoada e caída ao pé do monumento.

³⁹ O SÉCULO. Porto Alegre, 31 ago. 1884.



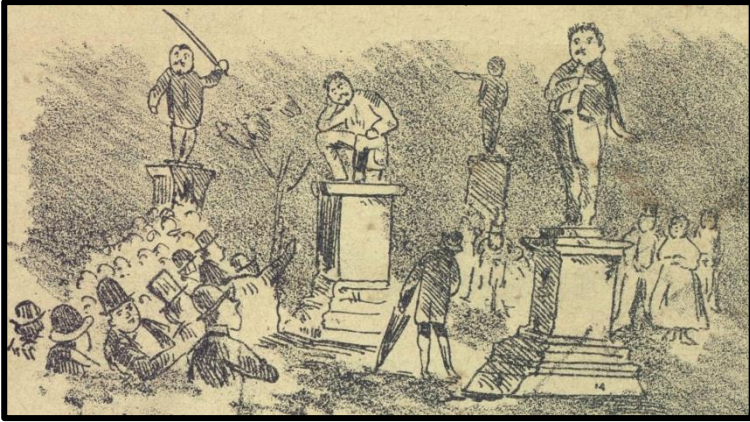
Mais uma vez em relação à causa emancipacionista ocorreria a utilização da arte estatutária descrita pelos traços da caricatura. Foi o caso de um conjunto de indivíduos que levavam a imagem da liberdade – uma mulher rompendo os grilhões da escravidão –, tal como uma estatueta, ou quase como uma imagem santificada, alvo de adoração e levada em andor, seguida por uma banda e sob aclamação popular. A legenda consistia uma afirmação indireta para os homens públicos de então: “Ficou, pois, evidentemente provado que sem o auxílio dos grandes o povo pode elevar-se e que os grandes não o podem ser, sem as adesões públicas”⁴⁰.



⁴⁰ A VENTAROLA. Pelotas, 10 jun. 1888.

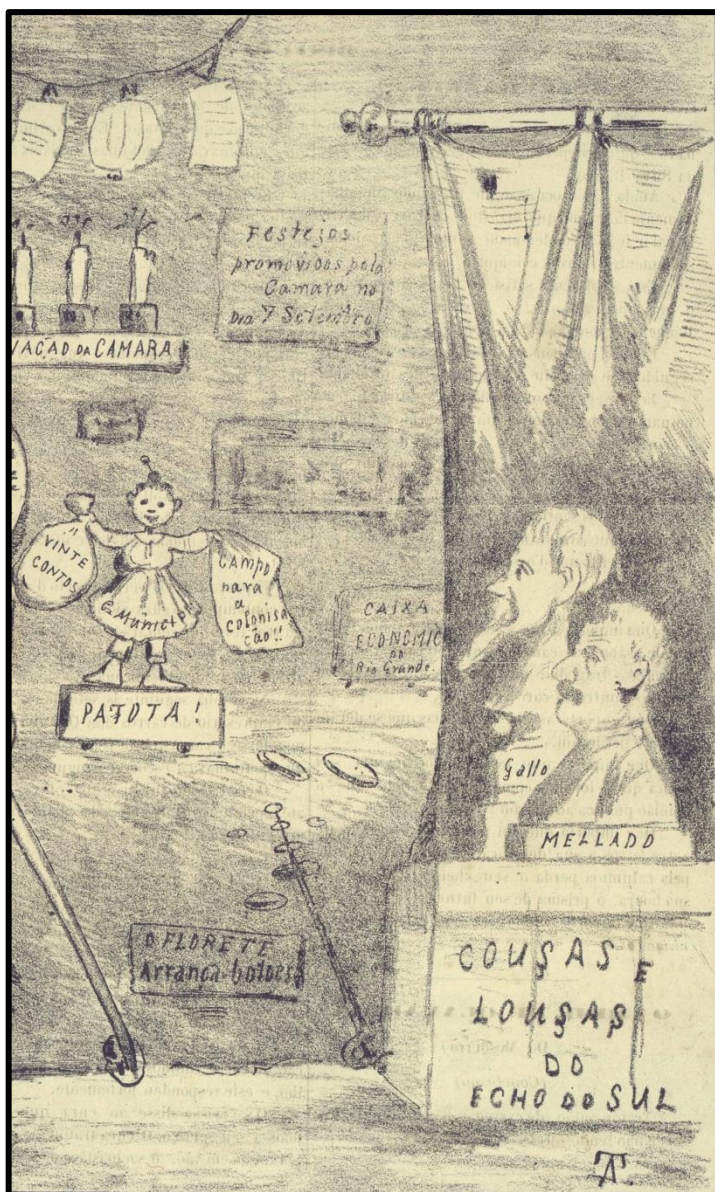
Um candidato a deputado seria bastante criticado por meio da caricatura, colocando-o em várias situações ridículas. Em uma delas campeava a ironia, dizendo-se que o personagem iria atuar de maneira tão esplêndida que passaria a merecer várias estátuas em sua homenagem. Em traços bastante rudimentares, o indivíduo aparecia em várias representações estatuárias, com a espada à mão, designando algum propalado mérito militar; em uma postura de reflexão, demonstrando certa profundidade de seus pensamentos; braço erguido, apontando ao povo a direção a ser seguida; ou ainda, mão ao peito, discursando, denotando o domínio da oratória. Todas as imagens seriam alvo de admiração pública. Como a estratégia discursiva da ironia traz em si uma representação que mostra exatamente o oposto do que se quer dizer, o personagem em questão transformava-se em notável alvo da crítica política, aparecendo sob a figura a frase: “Terá estátuas em toda a parte da cidade, pelos relevantes serviços prestados à sua terra!...”⁴¹.

⁴¹ BISTURI. Rio Grande, 25 nov. 1888.

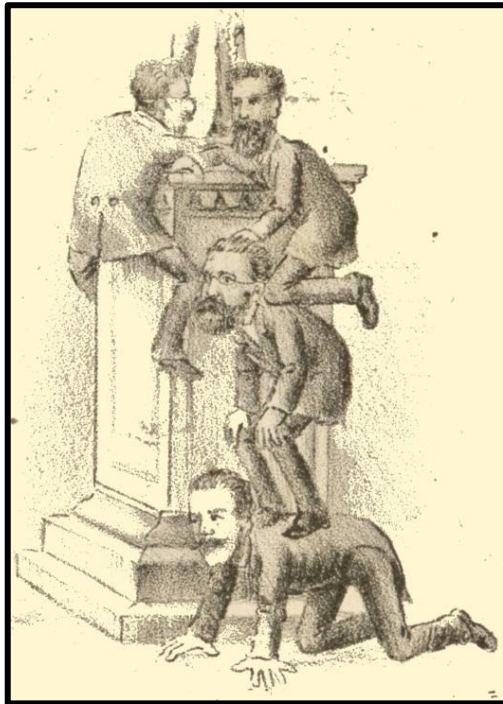


Até mesmo a autocrítica à própria imprensa também tinha na arte estatutuária uma forma de censura por meio da caricatura, foi o caso de dois jornalistas, cujos bustos estariam incluídos em uma exposição de inutilidades ou fatores negativos que marcavam a vida em sociedade de então⁴².

⁴² BISTURI. Rio Grande, 20 jan. 1889.



Ainda que alguns atos políticos merecessem aplausos das folhas caricatas, a ambição política acabaria por ser alvo da censura das mesmas, como ao demonstrar vários homens públicos empregando todos os esforços para chegarem a ocupar o alto de um monumento. Nesse caso, a legenda dizia: “É assim, decretando medidas instantemente reclamadas pela civilização e pelo progresso, que os ministros de uma nação conseguem galgar o pedestal da imortalidade, sob o chuveiro das bênçãos da posteridade reconhecida”⁴³.



⁴³ A VENTAROLA. Pelotas, 8 dez. 1889.

Quando a “Liberdade” perde a paciência

A Estátua da Liberdade foi o primeiro monumento a ser erguido em praça pública na cidade do Rio Grande, comuna que constituía o mais importante porto rio-grandense-do-sul, consistindo-se em verdadeira porta de entrada da Província/Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, fruto de razões contingenciais, a Coluna à Liberdade viria a ser considerada a pioneira no contexto nacional a homenagear a nova forma de governo. Tal estátua reproduziu um momento de inflexão da história nacional, marcado pelo embate entre os ideais republicanos e monárquicos, e, posteriormente ao 15 de Novembro, pelos diferentes e divergentes modelos de implementação da República, cada qual buscando definir-se como defensor da considerada sacrossanta liberdade.

Foi nessa conjuntura prenhe em incertezas que se deu a construção do primeiro monumento rio-grandino – a Estátua da Liberdade. Após a abolição da escravatura, a Câmara Municipal do Rio Grande, de predomínio conservador, achou por bem homenagear o evento com a edificação de um monumento que demarcasse o 13 de Maio de 1888. A 28 de setembro de 1889 deu-se o assentamento da pedra fundamental, sendo a estátua esculpida à mão pelo italiano Giuseppe Ravagnelli, no local onde seria alocada, a Praça D. Izabel. A obra foi sustentada por verbas públicas e subscrições populares.

O advento da República, no entanto, provocaria algumas mudanças no significado do monumento. Os novos governantes decidiram que a estátua deveria, além de homenagear a extinção do escravismo, cultivar a

forma de governo inaugurada a 15 de Novembro de 1889. A ideia dos republicanos na esfera federal de eliminar as possíveis lembranças e alusões à forma decaída refletiu-se também no contexto local. A própria Praça D. Izabel teria seu nome trocado para Praça Municipal e depois General Telles (ainda mais tarde, Xavier Ferreira). A estátua em homenagem à abolição e à República foi modelada com uma coluna de aproximadamente dez metros, um pedestal de quatro metros e meio e uma figura feminina de mais de três metros. O capitel apresenta folhas de acanto, em uma referência ao estilo coríntio, que, entrelaçadas, emolduram quatro faces indígenas, representando o povo brasileiro. A escultura feminina tem uma corrente rompida à mão direita, em analogia à liberdade e, à mão esquerda, um estandarte, simbolizando a nacionalidade. As mudanças advindas da nova forma de governo ficariam demarcadas nas inscrições em cada uma das faces do pedestal, pois, diferentemente do original, o que prevaleceu foi: “Humanidade”, “Fraternidade”, “13 de Maio – Igualdade” e, o anteriormente não previsto, “15 de Novembro – Liberdade”.

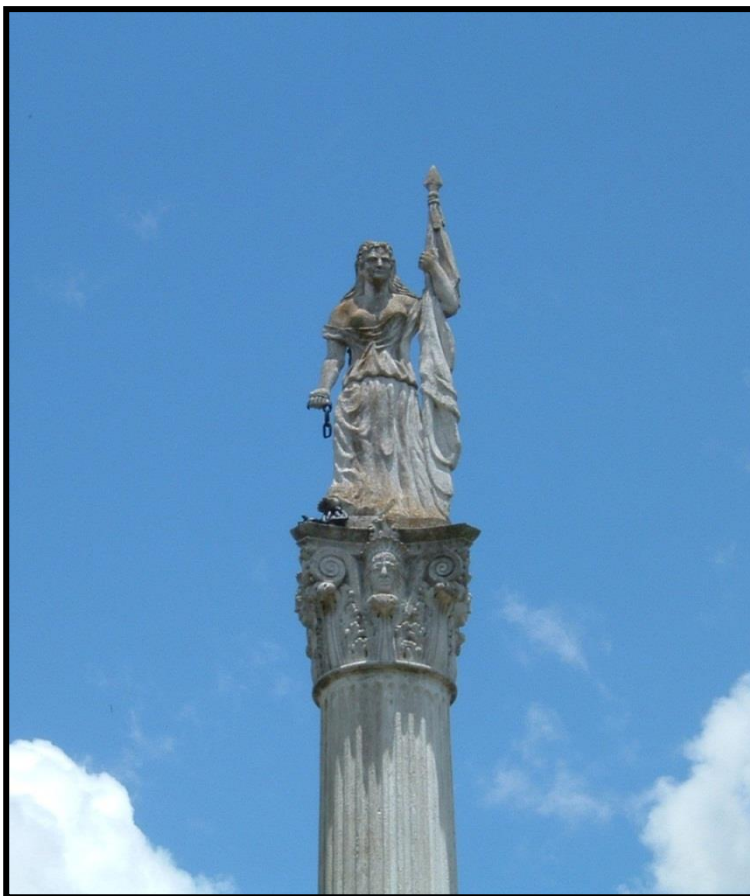
A inauguração do monumento deu-se um mês após a proclamação da República, às dezessete horas do dia 15 de dezembro de 1889. A solenidade foi marcada por um certo mal-estar, com a ausência dos vereadores idealizadores da obra, que foram destituídos, não havendo convites especiais para a mesma, ficando o anúncio do evento a cargo da imprensa da comunidade portuária. Os jornais registraram que houve grande presença popular no ato inaugural, realizado pelo Procurador da Câmara Municipal, com discursos e foguetórios, sendo tocada a Marselhesa, refletindo a

influência da República Francesa no pensamento das lideranças que dirigiam a jovem república instalada a 15 de Novembro⁴⁴.



⁴⁴ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. A Coluna da Liberdade. In: ALVES, F. N. & FUÃO, J. J. R. *Estatuária na cidade do Rio Grande nos primórdios da República Velha (1889-1909)*. Rio Grande: FURG, 2005. p. 11-59.





O mal-estar inicial se avolumaria e progressivamente a crise político-institucional ameaçou a nova República. As atitudes autoritárias governamentais moveriam oposições menos ou mais ferrenhas, quadro que se agravava no Rio Grande do Sul, onde os alijados do poder se opunham acirradamente ao modelo autoritário predominante. A

Estátua da Liberdade representou também, ao seu modo, a divisão da sociedade de então, questionando-se os alcances e limites da liberdade sob a nova forma de governo. O agravamento das disputas políticas e ideológicas iria redundar na deflagração de um novo foco de guerras civis que sacudiram a República recém-instaurada. Aos poucos, a Coluna da Liberdade viria a ser incorporada no cotidiano rio-grandino, perdendo inclusive parte de seu significado original e, à medida que a urbe crescia verticalmente, perdia a estátua também a sua magnitude em relação ao novo retrato urbano.

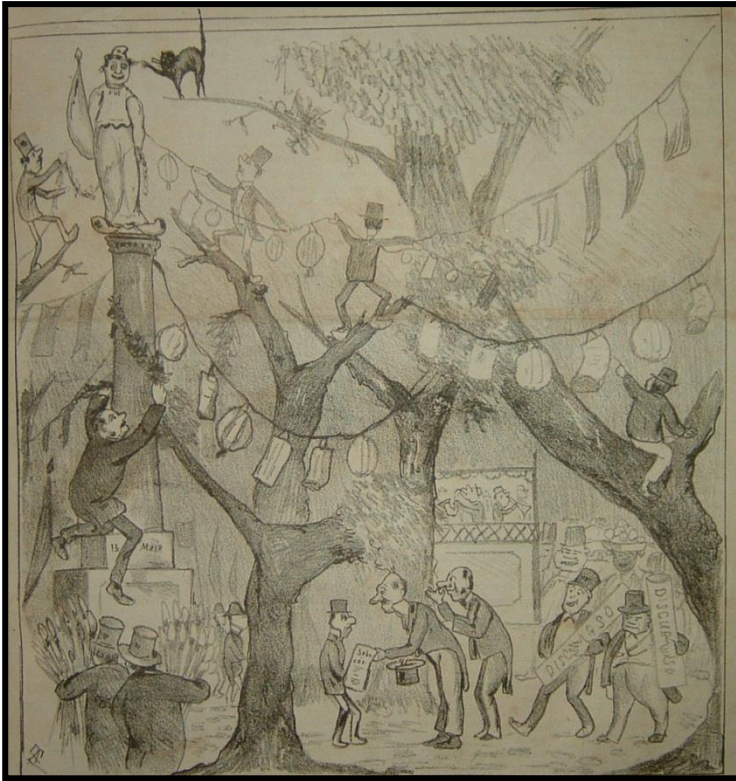


Nos anos iniciais após a sua inauguração, a Coluna da Liberdade viria a ser incorporada às vivências do dia a dia da comuna portuária. Sua imagem chegou a ser associada ao espírito festivo, caso de desenho publicado junto à imprensa caricata no qual ela fazia parte da paisagem na qual se preparavam os festejos para o “Dia Grande”, alusão ao 7 de Setembro próximo e

à abertura da Barra do Rio Grande, uma das maiores reivindicações rio-grandinas, cujas raízes históricas remontavam ao passado de quase um século. Ao menos do ponto de vista ornamental, a estátua se alocava no cotidiano rio-grandino, aparecendo junto às árvores em uma efusiva atividade de embandeiramento da cidade⁴⁵. As desconfianças do periódico quanto aos rumos do país e ao próprio melhoramento em comemoração ficavam, entretanto, demarcadas, na presença de um gato preto, tradicionalmente utilizado pela folha para demonstrar alguma insatisfação ou receio. O detalhe é que o tal gato, em posição de ataque, encontrava-se exatamente em frente à representação estatutária da liberdade⁴⁶.

⁴⁵ *Bisturi*. Rio Grande, 21 set. 1890.

⁴⁶ Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006. p. 98-104.; ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa e caricatura no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2010. p. 71-85.



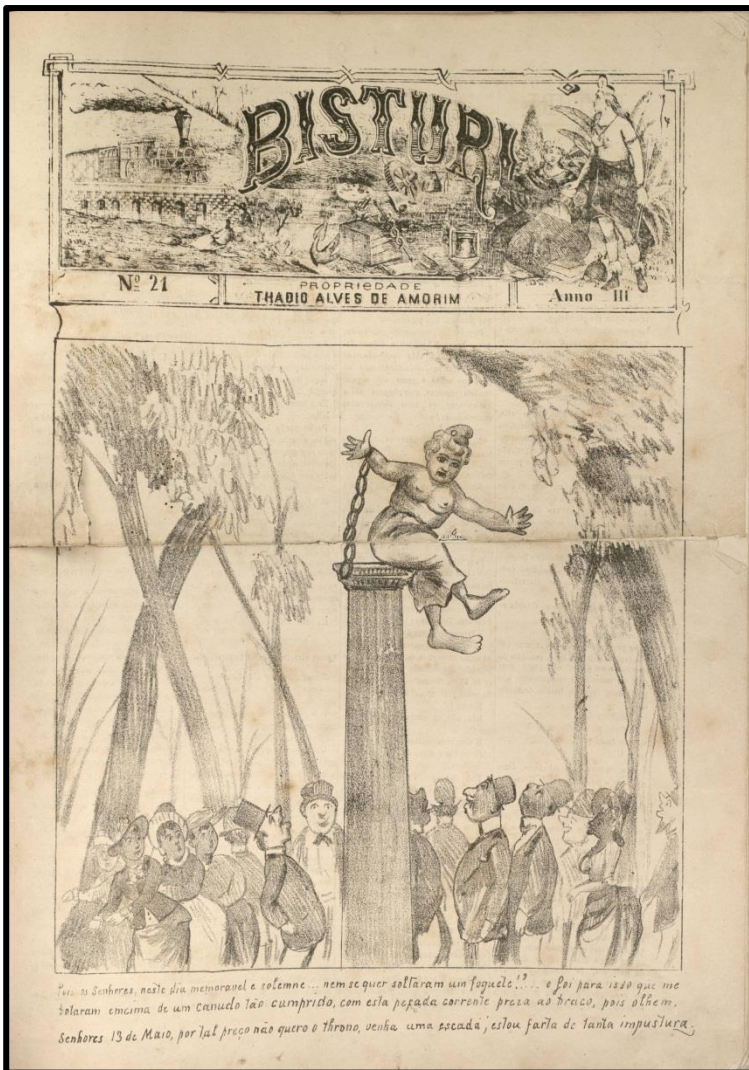
Mas essa representação da tranquilidade pública não seria a única a se fazer presente, pois as desavenças político-partidárias e ideológicas de que foi prenhe a jovem República Brasileira também viriam à tona através das páginas dos jornais, inclusive utilizando-se da imagem da Coluna da Liberdade, ao refletir sobre tais desacordos. Foi o caso de uma caricatura publicada, pouco antes da já citada, no jornal caricato rio-grandino *Bisturi*. Essa folha circulou regularmente entre 1888 e 1893, vivenciando alguns dos mais graves momentos da

história nacional e regional no que tange à transição Monarquia-República, bem como acompanhou passo a passo o processo de erguimento da Estátua da Liberdade. De tendência liberal, o *Bisturi*, ainda que tivesse aplaudido a mudança na forma de governo, não aceitaria o modelo autoritário empregado pelos governantes federais e estaduais, colocando-se na oposição e até na resistência aos mesmos⁴⁷.

Na caricatura em questão, o *Bisturi* mostrava a mulher – que representava a liberdade e a República, no monumento inaugurado no Rio Grande em 1889 – indignada com a situação vigente e ameaçando sair de sua posição caso não ocorressem modificações no quadro reinante⁴⁸. A legenda era direta e incisiva e correspondia a uma fala da mulher/liberdade: “Pois os senhores, neste dia memorável e solene... nem sequer soltaram um foguete!?... e foi para isto que me botaram encima de um canudo tão comprido, com esta pesada corrente presa ao braço, pois olhem senhores, 13 de Maio, por tal preço não quero o trono, venha uma escada, estou farta de tanta impostura”.

⁴⁷ Sobre o *Bisturi* ver: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002. p. 407-464.

⁴⁸ *Bisturi*. Rio Grande, 18 maio 1890.



Na gravura há uma proposital desproporção em relação à altura da coluna, de modo que a figura feminina de mármore ficava bem mais próxima dos transeuntes. Ela aparecia também em tons caricaturais, com feições mais jovens – refletindo a juventude da nova forma de governo – e pés desproporcionais que se libertavam do pedestal, em uma alusão ao pé da própria estátua que ganhava amplo destaque na representação em pedra. A bandeira não aparecia, em um possível questionamento quanto aos rumos que vinham sendo impostos à nacionalidade. Surge na ilustração um barrete frígio, símbolo da República, que não fazia parte da indumentária da estátua. As vestes que cobriam ainda que parcialmente a parte superior do corpo não são reproduzidas, aparecendo a mulher com os seios desnudos, trazendo em si a nudez parcial da imagem, em uma referência à pobreza espiritual e moral e à própria vergonha⁴⁹, indicativos do modo crítico pelo qual o hebdomadário via o tratamento dos homens de Estado para com a nação.

A simplificação do desenho não trazia no capitel as faces indígenas que representavam o povo brasileiro, mas, para além da facilitação dos traços, pode-se depreender, de acordo com o norte editorial da folha, que o caricaturista pretendia demonstrar a falta de participação popular nas decisões quanto aos destinos da nação. Os grilhões permaneciam, no entanto não estavam rompidos como na estátua, e sim bem firmes, aprisionando a personagem feminina, em uma clara alusão ao autoritarismo governamental e ao crescente

⁴⁹ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 644.

processo de carência de liberdades que passava a assolar a sociedade brasileira. A legenda traduzia um caráter de indignação com a situação reinante, bem como as incertezas que demarcaram a edificação do monumento em homenagem ao 13 de Maio e ao 15 de Novembro, ficando demarcada a crítica para com a ideia de que a invocação parecia estar sendo direcionada muito mais para esta última data, em detrimento da primeira. O quadro negativo pintado pela folha caricata quanto à situação nacional, levava voz à mulher/liberdade que se dizia enfastiada de tantas enganações, embustes e hipocrisias.

O *Bisturi*, como bom praticante das críticas social, de costumes e política não deixaria por menos ao se referir ao monumento, revelando através de suas caricaturas e textos as contradições típicas do período, utilizando-se também do mesmo para censurar as atitudes dos donos do poder, mormente aqueles contra os quais o jornal tradicionalmente se bateu. A estátua revelava uma personificação da liberdade, entretanto, na época, eram várias as visões acerca da liberdade, bem como as idealizações sobre uma almejada verdadeira república e o semanário caricato utilizar-se-ia do monumento para traduzir a sua versão sobre uma liberdade/república ideal. A ameaça da mulher/liberdade em descer do pedestal, farta das circunstâncias/conjunturas vigentes, representaria a culminância desse processo crítico.



Estes brevíssimos estudos de caso permitem observar uma feição diferente para a arte estatutuária,

entabulada a partir dos jornais caricatos. Por um lado, figuras inanimadas, erigidas no intento da perpetuação de imagens e significados históricos para, didaticamente, prestar lições comportamentais à sociedade vindoura, as estátuas adquiriam a impossível capacidade de ganhar vida através da caricatura. Por outro, além de conseguir sair de seu natural imobilismo e podendo até falar com os transeuntes, por outro lado, a caricatura dava asas à imaginação e possibilitava que homens comuns fossem ironicamente indicados como passíveis de merecer homenagens através da arte statuária, bem como em enaltecimentos a datas cívicas, ou na representação de certos ideários, os quais constituem apenas uma amostragem exemplificativa das formas pelas quais a caricatura podia transformar a imagem dos monumentos. Nesse sentido, a caricatura demonstrava o poder de moldar a realidade por ela retratada, dando características fisicamente impraticáveis às estátuas, as quais a elas só poderiam ser atribuídas através do simbolismo e da imagética característicos da representação caricatural. A imprensa caricata rio-grandense-do-sul, uma das mais significativas do país na época, alterava plenamente o papel social dos monumentos statuários, utilizando-os como mais uma estratégia editorial voltada ao humor, à crítica e à ironia. Por meio de traços sobre o papel, a pedra e o metal fundiam-se com o imaginário caricatural.

Homenagem estatutária a um historiador gaúcho: o centenário de Alfredo Ferreira Rodrigues

Em setembro de 1965, a cidade do Rio Grande convivia com dias extremamente chuvosos, chegando a imprensa a noticiar que a população temia que as águas subissem, chamando atenção para mais um dos medos coletivos que vêm atingindo esta histórica comuna, ainda mais tendo em vista sua posição geográfica epidermicamente fronteira às águas. A população temerosa das chuvas, convivia há mais de um ano sob o regime militar, que se consolidava paulatinamente e estabelecia suas estruturas. Mas não eram só preocupações que ocupavam as mentes dos rio-grandinos, no cinema, passava a comédia, que se tornaria verdadeiro clássico do humor, *O Professor Alopado* de Jerry Lewis, bem como uma versão da obra *Bonitinha mas ordinária* de Nelson Rodrigues, que contava com fortes críticas do jornal *Rio Grande*, segundo o qual o filme não passava de um amontoado de situações que tinham por fundo apenas o sexo e a promiscuidade. Também nesta época, apesar de algumas incertezas iniciais quanto à data da realização, a comunidade se mobilizava para organizar a II Festa do Mar. Em meio a esse contexto, houve espaço junto à urbe portuária para prestar homenagem à memória e ao que representou culturalmente o historiador Alfredo Ferreira Rodrigues, cujo centenário se passava exatamente naquele mês.

Alfredo Ferreira Rodrigues nasceu a 12 de setembro de 1865, numa das localidades mais antigas do Rio Grande, o Povo Novo, que por sua denominação, acabaria por ser mais um dos elementos constitutivos a ser incorporado aos bem humorados trocadilhos sobre a veterana cidade portuária. Alguns de seus biógrafos ressaltam em Rodrigues uma personalidade introvertida, menino quieto que se tornou homem sereno, talhado para aquilo que lhe traria notório conhecimento, a qualidade de reunir documentos e a redação de textos históricos e culturais. Desde os dois anos de idade, o menino Alfredo viveu na vizinha cidade de Pelotas, aos cuidados de seu cunhado Bernardo Taveira Júnior⁵⁰, o qual exerceria indelével influência na carreira intelectual de Rodrigues⁵¹.

O jovem Alfredo terminou o curso secundário e foi preparado pelo cunhado para os exames do curso de humanidades a serem realizados na capital da Província.

⁵⁰ Bernardo Taveira Júnior (Rio Grande, 1836 – Pelotas, 1892) foi professor de Português, Inglês, Latim e História, poeta, teatrólogo, jornalista, cronista e tradutor. Pertenceu ao Grêmio Literário Rio-Grandense. Era abolicionista e republicano. Sobre Taveira Júnior, ver: MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/IEL, 1978. p. 576-577.; NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande: s/editora, 1987. t. 2. p. 87-89.; PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, s/data. p. 150-151.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974. p. 508.

⁵¹ RUSSOMANO, Mozart Victor. A vida silenciosa de Alfredo Ferreira Rodrigues I. In: *Revista Província de São Pedro* n. 18. Porto Alegre: Globo, 1953. p. 47.

Uma tragédia familiar acabaria por constituir momento de inflexão na vida de Rodrigues. Aos dezesseis anos perdeu seu pai e como o cunhado Taveira Júnior passava por dificuldades financeiras, ele teve de desistir de seus projetos de vida no que tange ao estudo superior, passando a trabalhar para garantir o seu sustento e o da família. Num primeiro momento, dedicou-se ao magistério, lecionando Matemática, Geografia, História, Inglês e outras disciplinas em estabelecimentos de ensino na cidade de Pelotas, como no Colégio de Madame Jeanneret, no Nacional, no Evolução, entre outros. Tendo em vista a remuneração insuficiente para seus encargos, o promissor Alfredo, que sempre se inclinara às atividades intelectuais teve de abandonar a cátedra para se empregar, ainda em Pelotas, a partir de 1887, como revisor na Livraria Americana⁵².

Ao menos o destino não afastara Rodrigues de todo das lides intelectuais, tendo em vista seu novo lugar de trabalho. Em 1891, ele foi promovido a gerente e transferido para a filial da Livraria Americana na cidade do Rio Grande. Nesse meio tempo, a partir de 1889, começou a publicar um de seus mais importantes trabalhos, o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul* que foi editado anualmente até 1917, trazendo, além de matérias de variada natureza e entretenimento, textos culturais de alguns dos expoentes da

⁵² RUSSOMANO. 1953. p. 48. Antes disto, em 1884, junto com outros companheiros, Rodrigues fundou em Pelotas o semanário *A Pena* e, no mesmo ano, com os mesmos companheiros, criava o Centro Abolicionista. Cfe.: ROSA, Othelo. Alfredo Ferreira Rodrigues. In: *Revista Província de São Pedro*. n. 20. Porto Alegre: Globo, 1955. p. 108.

intelectualidade gaúcha de então, entre eles o próprio Alfredo, um dos que mais contribuiu com a publicação. No *Almanaque*, Ferreira Rodrigues conseguiria o espaço necessário para a divulgação de sua já profícua e copiosa produção. Em dezembro de 1893, se casaria com Honorina Silveira, união da qual adviria numerosa prole.

Em 1910, as dificuldades financeiras mais uma vez batiam à porta do pai de família Alfredo. Eram treze filhos para alimentar e educar, além de um sem número de parentes a quem não negava ajuda. Em busca de melhores condições de existência, ele passou a atuar como caixeiro-viajante, da firma Lopes & Faral, estabelecida com farmácia na cidade do Rio Grande. O novo emprego destinou a Rodrigues a função de peregrinar pelo mais recônditos lugares do Rio Grande do Sul, tendo de enfrentar a precariedade dos meios de transporte de então, a distância da família, as preocupações com a situação financeira e atuando num meio que nada estimulava sua verve intelectual. Mais uma vez o destino pregava uma peça no estudioso, criando-lhe obstáculos substanciais à carreira de escritor. Ainda assim, ele não esmoreceu e, mesmo que em hotéis do interior ou no trepidar dos trens, continuou a elaborar os textos com os quais rechearia seu *Almanaque* por ainda quase uma década⁵³.

As constantes viagens ao menos permitiram a Alfredo Ferreira Rodrigues um contato mais direto com muitas das paisagens e com tipos humanos do interior gaúcho que, através da tradição oral, lhe repassavam informações que, por sua vez, transformavam-se em

⁵³ RUSSOMANO. 1953. p. 48.

pistas para sua incansável procura por documentos. As atividades comerciais, no entanto, cada vez mais tomavam conta do cotidiano de Rodrigues. Em 1914, junto de seu antigo empregador, Antônio Carlos Lopes, ele fundaria a Drogaria Unicum, cujo nome advinha da denominação de “Único” que o próprio Rodrigues granjeara em suas andanças pelo interior do Rio Grande, tendo em vista seu dinamismo e sua cultura⁵⁴. Ligado intrinsecamente às lides mercantis, Ferreira Rodrigues envelheceria no trabalho. Uma outra perda marcaria de modo trágico a sua vida, agora a de um filho, ceifando-lhe mais uma porção da vontade de continuar sua empreitada cultural. Teria chegado a afirmar que “morria para as letras”, perdendo o “vício” de pesquisar e escrever. Pouco a pouco deixaria de lado a carreira intelectual, dedicando-se quase que exclusivamente ao trabalho e à família da qual quem, enquanto pode, escondeu as reais condições de sua saúde. Em seus últimos anos, Alfredo voltaria a residir em Pelotas e, já em seus estertores, faria uma última visita ao seu velho Povo Novo, pouco antes de falecer, a 8 de março de 1942, na Beneficência Portuguesa daquela cidade⁵⁵.

Como intelectual, Alfredo Ferreira Rodrigues desenvolveu extensa obra. Além dos textos editados no seu *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, publicou livros, livretos e artigos, mormente em

⁵⁴ ROSA. p. 109. Conforme esse autor, em 1937, a Sociedade Anônima Drogaria Unicum faria fusão com a Drogaria Sequeira de Pelotas, para onde Rodrigues novamente se transferiria, no mesmo ano.

⁵⁵ RUSSOMANO. 1953. p. 49-52.

periódicos⁵⁶. Um de seus maiores objetivos foi o de reunir documentos sobre a história gaúcha, com ênfase para o evento que se tornaria o principal fulcro de sua obra – a Revolução Farroupilha⁵⁷. Rodrigues chegou a publicar “apedidos” junto à imprensa, no sentido de anunciar sua busca por documentos, de modo que ele reuniu, em sua época, provavelmente a mais completa coleção de fontes acerca do Rio Grande do Sul e, principalmente, sobre a Farroupilha. Posteriormente, já alquebrado e desistindo de sua carreira de historiador, Ferreira Rodrigues repassaria seu acervo para o Arquivo Histórico do Estado⁵⁸ e, outros documentos

⁵⁶ Sobre o conjunto da obra do escritor, ver: MARIANTE, Hélio Moro. *Alfredo Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.; MARIANTE, Hélio Moro. Perfil de Alfredo Ferreira Rodrigues. In: RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990. p. 14.; MARTINS. p. 495-497.; e VILLAS-BÔAS. p. 432-436.

⁵⁷ Acerca da relevância de Ferreira Rodrigues para a historiografia da Revolução Farroupilha, examinar: ALVES, Francisco das Neves. A gênese do mito da Revolução Farroupilha: a construção discursiva de um historiador rio-grandense. In: *Anais da XXII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Rio de Janeiro: SBPH, 2003. p. 287-294.; e LISBOA, Cátia Rejane Machado. Alfredo Ferreira Rodrigues: o historiador e a Revolução Farroupilha. In: ALVES, F. N. (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 35-46.

⁵⁸ Ver: ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Inventário da Coleção Ferreira Rodrigues*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

remanescentes, seriam doados à Biblioteca Rio-Grandense⁵⁹.

⁵⁹ Observar: ALVES, Francisco das Neves. Documentos de um historiador rio-grandino: a Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues no acervo da Biblioteca Rio-Grandense (levantamento parcial de fontes). In: ALVES, F.N. (org.). *Historiadores rio-grandinos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 11-33. A respeito do arquivo de Rodrigues, Othelo Rosa cita o escritor Guilhermino Cesar que disse: Esse homem, em verdade organizou um arquivo para a posteridade; e o próprio Rosa complementa: Uma ordem meticulosa preside a tudo. As próprias cópias são feitas com limpeza e atenção máxima, de modo a excluir a possibilidade de erros de leitura e, principalmente, de erros de interpretação. E o que se sente, sobretudo, naqueles papéis empoeirados e velhos, naqueles recortes de jornais, naqueles cadernos bem cozidos, é o amor, o grande e profundo amor do homem pela história do Rio Grande do Sul (ROSA. p. 111). Castilhos Goycochea assim se expressa a respeito da carreira de Rodrigues: Fez-se historiógrafo, desde a mocidade, para reabilitar a Guerra dos Farrapos, até então denegrida pelos escribas ligados ao trono imperial. E nesse afã bateu às portas de todas as estâncias de nossa terra, na caça aos documentos e aos depoimentos, num peregrinar edificante pelas canhadas e coxilhas, pelas serras e pelas matas. Onde soubesse que havia qualquer pessoa ou coisa que pudesse esclarecer o passado gaúcho, lá comparecia para ouvir aquela e adquirir ou copiar o que houvesse. E tudo, testemunhos e provas, ia publicando no seu famoso *Almanaque do Rio Grande do Sul*. De modo que, muito do que hoje se lê, ou se leu ultimamente, a respeito da Guerra dos Farrapos e da Guerra do Paraguai, pode ser que traga assinatura diversa da de Alfredo Ferreira Rodrigues, o autor espiritual, porém, foi ele. GOYCOCHEA, Luis Felipe de Castilhos. Preto de saudade. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio*

Em seus escritos, Rodrigues utilizou-se de vários cognomes, iniciais e pseudônimos, como ao publicar charadas, em que assinou Bargarosse e Didino, já em crônicas, ensaios, estudos, notas, informações, aparecem muitas vezes A., A. R., A. F. R., ou A. Rodrigues, e ainda Manoel de Souza e Azevedo, Manoel de Soiza, Azevedo, ou Manoel de Soiza, numa homenagem ao seu avô materno⁶⁰. Como intelectual, pertenceu aos quadros sociais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Rio-Grandense de Letras⁶¹.

De acordo com os padrões culturais e historiográficos de sua época, Alfredo Rodrigues executou a contento a função de historiador⁶². Assim, apesar de sua múltipla atividade intelectual, Rodrigues foi, por excelência o historiador, dando os primeiros passos do que viria a constituir um tratamento científico para com a história. Interessou-se por toda a história

Grande do Sul. II trimestre. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 176-177.

⁶⁰ RUSSOMANO. 1953. p. 53.

⁶¹ ROSA. p. 109.

⁶² Sobre a forma de Rodrigues fazer história e o contexto historiográfico de sua época, ver: ALVES, Francisco das Neves. Alfredo Ferreira Rodrigues e a legenda do *decênio heroico*. In: Anais do VII Encontro Estadual de História - ANPUH/RS. Pelotas: ANPUH/RS, 2004.

nacional, mas se especializou na história regional, com destaque para o tema que lhe despertou verdadeira paixão, a Guerra Civil Gaúcha de 1835-1845. Seus escritos vinham a público principalmente através das edições do *Almanaque* por ele organizado, o qual, quando lançado, tinha seus exemplares rapidamente esgotados. Ferreira Rodrigues escreveu ensaios e críticas em estilo simples, desataviado e agradável. Homem modesto, destinado a uma vida silenciosa e sem busca de projeções, deixando esse intento para outros, ele redigia com espontaneidade e sem a menor preocupação de causar efeito. Desse modo, seus estudos tinham alcance popular, não só a matéria por seu ineditismo despertava a atenção pública, como o método e a clareza da exposição os colocavam ao alcance da inteligência de todos⁶³.

Nesse quadro, Alfredo Ferreira Rodrigues dedicou-se incansavelmente a desvelar o passado da Revolução Farroupilha. De acordo com o prisma historiográfico reinante, sua perspectiva fundamental era a de historiar os “personagens notáveis” do “decênio heroico”. De acordo com esse intento, Ferreira Rodrigues, na virada do século XIX ao XX, seria um dos mais importantes articuladores da elevação de um monumento-túmulo a Bento Gonçalves da Silva, apontado como a liderança máxima do movimento farrapo. Ao trabalhar firmemente no erguimento da estátua, Rodrigues reproduzia seus objetivos ao entabular seus estudos de cunho histórico, quer seja, a

⁶³ RUSSOMANO, Mozart Victor. A vida silenciosa de Alfredo Ferreira Rodrigues II. In: *Revista Província de São Pedro* n. 19. Porto Alegre: Globo, 1954. p. 53-54.

história, através dos personagens por ela retratados, deveria servir como exemplo cívico ao comportamento das gerações futuras. Apesar de ser um dos principais responsáveis pelo monumento a Bento Gonçalves, o escritor rio-grandino, acabaria por afastar-se da comissão que realizou os trabalhos da edificação, por discordâncias quanto aos rumos tomados pela homenagem. Esse afastamento de Rodrigues acabaria por constituir mais uma das suas decepções de vida que, a longo prazo, contribuiria com seu desligamento das lides culturais⁶⁴.

Apesar da relevância da obra de Alfredo Ferreira Rodrigues, o escritor Mozart Victor Russomano destaca que o mesmo foi injustiçado durante as comemorações de 1935. Afirma Russomano que Rodrigues dedicou todas as suas forças intelectuais à salvação dos símbolos do Rio Grande, tendo sido esta a mola que o impulsionara, vigorosamente, para as pesquisas históricas em geral e, em particular, para o estudo da história da Guerra dos Farrapos. Apesar desse esforço, o analista do levante farroupilha sofrera, quando ainda vivo, por ocasião dos festejos comemorativos do primeiro centenário da Revolução Farroupilha, enorme injustiça, uma vez que, em todo o Rio Grande do Sul, durante vários dias, incessantemente, repetiram-se coisas que Rodrigues descobrira e contaram-se fatos que ele conhecera em primeira mão. Nesse quadro, segundo

⁶⁴ A respeito da participação de Ferreira Rodrigues e suas posições no erguimento do monumento-túmulo a Bento Gonçalves, ver: ALVES, Francisco das Neves & FUÃO, Juarez José Rodrigues. *Estatuária na cidade do Rio Grande nos primórdios da República Velha (1889-1909)*. Rio Grande: FURG, 2005.

Mozart Russomano, ninguém se lembrou de prestar a merecida homenagem a Ferreira Rodrigues, de modo que o historiador da Revolução foi de todos esquecido, exatamente no momento em que se festejava aquele evento histórico, através das “verdades” que, em grande parte, ele próprio oferecera à crítica dos doutos e ao conhecimento do povo. O mesmo escritor arremata, destacando que tão profundo foi o silêncio que pesou sobre os últimos anos de Alfredo Rodrigues que ele teria provado a *morte em vida*⁶⁵.

Esse “esquecimento” de Alfredo Ferreira Rodrigues seria ao menos amenizado em sua terra natal por ocasião das comemorações de seu centenário, quando a coletividade decidiu pelo erguimento de um busto em sua homenagem. A imprensa cidadina de então daria ampla cobertura ao evento e a memória coletiva rio-grandina pode, naquele momento, ser reavivada no que tange aquele incansável batalhador da cultura. Na edição do dia 10 de setembro de 1965, o jornal *Rio Grande* anunciava que no dia seguinte, sábado, 11 de setembro, se daria o início dos festejos do centenário de Alfredo Ferreira Rodrigues. Segundo o jornal, a cidade do Rio Grande iria comemorar a passagem do primeiro centenário do nascimento de um de seus filhos mais ilustres, o insigne historiador A. F. Rodrigues. Detalhava a folha que as comemorações seriam iniciadas à tarde, com uma visita ao túmulo do homenageado, ocasião em que haveria uma concentração no cemitério católico, proferindo oração laudatória o Sr. Carlos Martins da

⁶⁵ RUSSOMANO. 1954. p. 55 e 61.

Silva⁶⁶. Para a noite estava prevista uma sessão solene a ocorrer no auditório da Biblioteca Rio-Grandense, na qual o deputado Carlos da Silva Santos⁶⁷ discorreria sobre a vida e obra do homenageado⁶⁸.

Neste contexto, foi planejada também uma missa em homenagem ao historiador rio-grandino, a ser realizada na Matriz de São Pedro. O jornal *Rio Grande* noticiava, entretanto, que a inauguração do busto de Alfredo Ferreira Rodrigues, na Praça Xavier Ferreira, em frente à Biblioteca Rio-Grandense deveria ser adiada, tendo em vista as fortes chuvas que caíam na cidade, as quais dificultavam que a Prefeitura Municipal concluísse o pedestal do monumento, podendo ficar a inauguração

⁶⁶ Carlos Martins da Silva (Rio Grande, 1920 – 1987), foi poeta, cronista, comentarista e crítico literário. Colaborou em vários jornais rio-grandinos como *O Tempo*, *Gazeta da Tarde*, *Rio Grande*, escreveu também para a *Gazeta Mercantil* (Pelotas), *Correio do Povo* (Porto Alegre) e *Correio do Sul* (Bagé). Foi um dos membros fundadores da Academia Rio-Grandina de Letras. Sobre esse escritor ver: NEVES. p. 207-208.

⁶⁷ Carlos da Silva Santos (Rio Grande, 1904 – Porto Alegre, 1989) foi operário caldeireiro na adolescência, e atuou como fiscal do Ministério do Trabalho, funcionário da Usina Municipal, funcionário e professor do Ginásio Municipal Lemos Júnior (todos no Rio Grande), foi deputado classista nos anos trinta, formou-se em Direito em 1950 e atuou como deputado estadual nos anos cinquenta, chegando a Presidente da Assembleia Legislativa na década de sessenta. Foi redator do jornal rio-grandino *O Tempo* e fundou o Centro Cultural Marcílio Dias (Rio Grande). Além de político e advogado, atuou como cronista e orador. A respeito de Carlos Santos ver: MARTINS. p. 524-525.; e VILLAS-BÔAS. p. 461.

⁶⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 10 set. 1965.

do busto transferida para outra ocasião. Logo em seguida, o jornal traçava uma breve biografia do escritor rio-grandino e concluía afirmando que eram justas as homenagens que o Rio Grande prestava ao escritor, qualificado como legítima expressão da cultura gaúcha⁶⁹.

Já na edição de 11 de setembro, o jornal *Rio Grande* trazia o artigo “Centenário natal do homem que foi a glória da nossa história” de autoria de Álvaro Delfino⁷⁰. O jornalista chamava atenção para a data de nascimento de Ferreira Rodrigues, explicando que há

⁶⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 10 set. 1965. Era o seguinte o conteúdo da biografia publicada pelo periódico acerca do historiador: Alfredo Ferreira Rodrigues nasceu no dia 12 de setembro de 1865, na localidade de Povo Novo. Era filho de D. Maria Manoela Azevedo Ferreira Rodrigues e Agostinho José Ferreira Rodrigues. Casou-se com D. Honorina Silveira Rodrigues, em 16 de dezembro de 1893, sendo que desse matrimônio nasceram 13 filhos. Foi fundador do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia de Letras do Rio Grande do Sul e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pertenceu ainda aos Institutos Histórico e Geográfico de São Paulo, Bahia, do Ceará, de Pernambuco e da Sociedade de Geografia de Lisboa. De 1889 a 1917 publicou o *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul*, considerado uma das melhores fontes informativas pelos estudiosos da história do nosso Estado.

⁷⁰ Álvaro Anselmo Delfino (Pelotas, 1889 – Rio Grande – 1969) foi romancista, contista, conferencista e teatrólogo. Atuou como redator nos jornais pelotenses *Diário Popular*, *A Opinião Pública* e *O Rebate* e nos rio-grandinos *Eco do Sul*, *A Luta*, *O Tempo* e *Rio Grande*. Foi Secretário do Conselho Escolar do Rio Grande e sócio fundador do Grêmio Rio-Grandino de Letras. Acerca de Álvaro Delfino, ver: MARTINS. p. 180-181.; e VILLAS-BÔAS. p. 163.

cem anos atrás vinha ao mundo aquele que viria a marcar na vida mental do Rio Grande do Sul, a incontestável soberania do codificador dos fastos rio-grandenses, ajudando a construir em relação a esses, com dinâmica energia, uma estrada de progresso e de desenvolvimento. Esclarecia o articulista que, antes de qualquer atividade direta estabelecida com propósitos específicos, Rodrigues fora professor, sendo esse o primeiro passo de sua vida pública o qual o aproximava da luminosa grandeza do sacerdócio, uma vez que, ele ensinara o que sabia aos que eram ignorantes e precisavam do alimento espiritual para que pudessem vencer na vida⁷¹.

As dificuldades vivenciadas por Alfredo Ferreira Rodrigues não foram esquecidas pelo articulista do *Rio Grande*, ao afirmar que a necessidade de vencer na vida, poucos teriam sentido na carne tão agudamente, quanto o próprio escritor rio-grandino, fator que o forçaria a abandonar a profissão do ensino, buscando vencer os embaraços que rodeavam de privações sua família, de modo que ele se atirara ao trabalho material, mais positivo e rendoso por ser comercial, mas fazendo dele não o homem que devia ser e sim desviando-o da missão com que sonhara e para o cumprimento de cujos postulados, viria caminhando com decisão desde a adolescência. Fazendo referência às atividades de Rodrigues no campo mercantil, o redator da folha rio-grandina destacava estas funções, pela imposição de uma mistura indefinível que cerca muitos homens de força material e espírito de aventura, acabaria por servir

⁷¹ RIO GRANDE. Rio Grande, 11 set. 1965.

para que o historiador melhor entendesse o meio em que vivia⁷².

Nesse sentido, Álvaro Delfino demarcava que as atribuições profissionais de Alfredo Rodrigues acabariam não sendo impeditivo absoluto para a continuação de seus planos culturais. Afirmava assim que era justamente na inquietação e no desconforto da árdua batalha pela sobrevivência – cansando os músculos e o cérebro e suando o corpo, na lide ingrata de cortejar fregueses para vender-lhes produtos, exercendo muitas vezes a função calculada do histrião e até do pelotiquero, para agradar inventando piadas para alimentar as palestras e predispor favoravelmente o ânimo dos clientes – que Rodrigues se revelara, escrevendo por espaço de vinte anos o material que publicou em seu *Almanaque*. Segundo o articulista foi sob estas circunstâncias que Ferreira Rodrigues mostrara toda a sua grandeza de homem e de intelectual, como um soldado, como um elemento gregário a seu modo, combatendo sozinho para que não desaparecessem no tempo os heróis e as glórias da terra gaúcha. Nesta linha, o redator destacava que Rodrigues tornara-se um verdadeiro historiador, o maior da gleba gaúcha, pelo trabalho que realizara. Concluindo o artigo, Delfino retomava a questão das comemorações em torno do centenário do historiador rio-grandino, afirmando que se festejava, com exaltação e orgulho, mas também com gratidão e respeito, o nascimento daquele raro homem, por tudo que ele fora como escritor, como poeta e, sobretudo, como o codificador do aspecto histórico, de

⁷² RIO GRANDE. Rio Grande, 11 set. 1965.

um largo e importante momento da vida política, sociológica e mental dos rio-grandenses⁷³.

Na mesma edição, o jornal *Rio Grande* publicava uma matéria de redação geral, intitulada “Alfredo Ferreira Rodrigues, o cidadão”. Segundo o periódico, naquela hora em que se procurava homenagear a memória daquele ilustre homem e testemunhar o apreço para com sua obra intelectual, valiosa sob todos os pontos de vista, e grata a todos os que a julgaram e dela se beneficiaram, seria justo também que, ao lado das qualidades de inteligência e dos dons de cultura, se colocasse também suas raras virtudes cívicas e patrióticas e a sua alta condição de cidadão que soube cumprir sempre o dever de defender a terra que o viu nascer. Destacava a folha que, embora vivendo fora do Rio Grande por alguns anos, o escritor tivera sempre seus olhos voltados para sua terra natal, e tão pronto se lhe deparara o ensejo, voltara logo para a sua “querência”, onde com redobradas energias, como que desejando recuperar o tempo que estivera ausente, lançara-se com entusiasmo a empreendimentos dos quais ainda sobreviviva ativa a consequência de seu esforço e sua inspiração⁷⁴.

De acordo com o diário rio-grandino não havia dúvida que Alfredo Ferreira Rodrigues era um intelectual e que graças a esta inata tendência construíra um alicerce poderoso para a história do Rio Grande do Sul. Descrevia a atuação do historiador, dando ênfase à sua louvável disposição espiritual, à sua preocupação de bem servir sempre à sua terra, com as quais foi

⁷³ RIO GRANDE. Rio Grande, 11 set. 1965.

⁷⁴ RIO GRANDE. Rio Grande, 11 set. 1965.

aplicando a sua paciência beneditina na busca e no confronto de simples notas ou relatos, atitude a qual sacrificara tempos longos que poderia fruir sossegadamente. A obra de Rodrigues era qualificada como anônima, serena e oculta, a qual ganharia vida e força, aparecendo nas páginas do *Almanaque* para tornar-se a fonte límpida do conhecimento exato, com a qual os estudiosos se robusteciam para as caminhadas mais longas que tentavam empreender⁷⁵.

O valor do trabalho empreendido por Ferreira Rodrigues no *Almanaque Literário e Estatístico* também era destacado pelo jornal *Rio Grande*, ao descrever que, numa época em que minguadas possibilidades tinha o povo de conhecer o pensamento e a obra dos grandes pensadores estrangeiros, o personagem homenageado sempre fora interessado em divulgá-los, procurando valer-se de seus conhecimentos do inglês e do francês. Desse modo, o periódico enfatizava que apareciam no *Almanaque* traduções de poemas que se haviam tornado famosos, contos e novelas e, muitas vezes, artigos sobre as mais variadas atividades científicas. Segundo a folha, de um modo particular, tendo em vista suas origens como docente, Rodrigues procurara levar ao conhecimento do povo notas informativas sobre a origem, vida e costumes de animais, de raças exóticas, de regiões distantes, de geografia e estatística. Além do veio professoral, o jornal manifestava sua crença que o principal desejo de Alfredo Rodrigues era o de ser útil à sua terra e à sua gente, dando-lhes o que podia e sabia, visando torná-la mais forte e culta⁷⁶.

⁷⁵ RIO GRANDE. *Rio Grande*, 11 set. 1965.

⁷⁶ RIO GRANDE. *Rio Grande*, 11 set. 1965.

Concluindo a matéria, o *Rio Grande* associava-se a todas as homenagens destinadas à inteligência e à cultura de Alfredo Ferreira Rodrigues, prestando-lhe também o louro da vitória de cidadão na mais ampla, completa e profunda acepção do termo. O jornal divulgava ainda outras homenagens ao historiador rio-grandino, inclusive com a realização de trabalhos biográficos que concorreriam a concurso, versando sobre o personagem em destaque, citando a possibilidade de publicação daqueles que tivessem maior destaque. Ressalvava também que fizera a devida referência ao notável evento, com a expansão de entusiasmo e a devoção cívica que merecia de todos o grande vulto que a cidade e o Estado reverenciavam naquele momento⁷⁷.

A chuva acabaria por passar e sob a égide de bom tempo, as atividades em torno do centenário de Alfredo Ferreira Rodrigues seriam entabuladas, como mais uma vez Álvaro Delfino descreveria em sua coluna no *Rio Grande*, sob o título “Voltou o sol e com ele a glória”. Entre outras asserções, Delfino descrevia que o dilúvio que se abatera sobre o Rio Grande do Sul parara justamente quando chegara o momento das comemorações em honra da passagem do centenário de Alfredo Rodrigues, as quais não poderiam ser adiadas ou deslustradas, por serem justas a quem, durante anos e anos, palmilhara a terra gaúcha deslumbrado com a sua beleza, e cantando esta beleza e os feitos de que ela fora cenário, através de tudo quando pode e sabe o engenho humano: – no verso e na prosa. Quanto ao sábado à tarde, o articulista destacava que os fiéis amigos e incondicionais admiradores do homenageado foram em

⁷⁷ RIO GRANDE. Rio Grande, 11 set. 1965.

romaria ao seu túmulo no cemitério, ocasião em que o dia esplendia, todo ouro sobre azul, como desejando envolver a alma dos vivos que ali estavam, no calor da inteligência e no amor do devotamento com que o grande morto deixara o seu legado, ocorrendo então o discurso em sua homenagem, o qual teria equivalido a um hino de reverência, a uma loa de admiração ao velho ilustre que, no século anterior, desbravara os caminhos que levavam à cultura⁷⁸.

Ainda no artigo do diário rio-grandino, se referindo às atividades da noite do sábado, o redator explanava que, sob aquele céu profundo, recamado de estrelas, novo discurso contara a vida de Rodrigues, no auditório superlotado da Biblioteca Rio-Grandense, cheio de emoção, exaltando a grande obra do morto insigne, uma vez que o corpo estava morto, mas a alma, o coração e o gênio do poeta, do chefe de família exemplar, do escritor e historiador ímpares, continuaria presente como a luz e o calor do sol na História do Rio Grande do Sul. Mantendo um tom poético em seu escrito, Álvaro Delfino descrevia que, por fim viria o domingo, e, na vetusta Matriz de São Pedro, que fora o primeiro abrigo seguro para a fé daqueles que vieram fundar a terra gaúcha, fora rezada a missa de sufrágio à memória do grande homenageado, observando-se na ocasião um templo cheio totalmente de pessoas, mas ainda mais cheio de orações, muito robustecidas por ali estarem todos os seus descendentes filhos, netos, bisnetos, parente colaterais, amigos, a legião dos seus admiradores, num conjunto de pessoas que participou

⁷⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 18 set. 1965.

emocionado, silente, carinhoso e empolgado do ofício divino⁷⁹.

A conclusão dos atos que demarcavam a efeméride, com a inauguração do busto do historiador rio-grandino, era descrita pelo colunista do jornal *Rio Grande* como uma apoteose das comemorações, uma vez que aquela homenagem maciça não se cessaria ali, continuando pelos tempos afora, como um símbolo de devoção e respeito, entregue à guarda do povo, como um motivo de orgulho para esse e de exemplo para os seus atos. Mais uma vez foi proferido discurso, esse realizado por Oswaldo Miller Barlém⁸⁰ que, segundo o periódico rio-grandino, fizera uma alocução extraordinária, formidável e soberba, marcando as homenagens de forma imperecível, enquanto durassem tantos quantos ali estiveram reunidos. O jornal cumprimentava a comissão organizadora dos eventos pela habilidade rara com que escolhera os três oradores que sobre o homem e os fatos da comemoração falaram publicamente, de modo que o remate das atividades fora idealizado com a maior perfeição⁸¹.

⁷⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 18 set. 1965.

⁸⁰ Oswaldo Miller Barlém (Rio Grande, 1910 – Piratini, 1968), formado em Direito, foi juiz e desembargador, atuando também junto à imprensa e como deputado estadual. Foi fundador do Aeroclube e do CTG Mate Amargo em sua cidade natal, membro fundador do Grêmio Rio-Grandino de Letras e membro da Academia Sul-Rio-Grandense de Letras. Tradicionalista, biógrafo, novelista, ensaísta, foi como orador que teve amplo destaque em sua carreira intelectual. Sobre Oswaldo Barlém ver: MARTINS. p. 68.; NEVES. p. 165-167.; e VILLAS-BÔAS. p. 51-52.

⁸¹ RIO GRANDE. Rio Grande, 18 set. 1965.

Assim, o busto do escritor seria realmente alocado a um dos cantos da Praça Xavier Ferreira. Estranha ironia do destino, a grande indisposição de Rodrigues com os demais membros da comissão que organizou a edificação do monumento a Bento Gonçalves, deu-se no sentido de que ele defendia a colocação da estátua naquela praça, ao passo que a outra orientação dentro do grupo era no sentido de colocá-la na Praça Tamandaré, onde realmente ela ficaria. Mais de meio século depois, foi o próprio Ferreira Rodrigues o imortalizado em bronze numa das esquinas historicamente mais significativas da cidade do Rio Grande. Era, quem sabe, uma compensação da história para aquele indivíduo que tanto militara na sua edificação. Rodrigues dedicara amplo esforço na obra de construção histórica e pregara arduamente em prol da elevação da estátua de Bento Gonçalves, em nome da necessidade de prestar-se exemplos morais, patrióticos e cívicos à posteridade, e, na metade dos anos sessenta, vinte e três após a sua morte, a ele mesmo foi erguido monumento, no mesmo intento, quer seja, legar às gerações vindouras suas lições de vida.

As homenagens prestadas através da imprensa revelavam um tom lírico e poético às comemorações do centenário de Alfredo Ferreira Rodrigues. O historiador que tanto se esforçara para erguer alguns dos ícones heróicos na história rio-grandense, passara ele mesmo a ser encarado como herói, na voz dos arautos daquela metade de século XX. A reunião de próceres municipais e de alguns dos principais representantes da intelectualidade local, demonstravam o interesse demarcado de alocar um “digno lugar” para Rodrigues na história cidadina. A mobilização da população, ou ao

menos de parte dela, o destaque na imprensa, os vários atos solenes, os discursos e o erguimento do busto traziam em si a intenção de demarcar na memória rio-grandina o conveniente espaço aquele que fora um de seus mais importantes promotores da sua cultura.

A memória coletiva em torno de Ferreira Rodrigues também viria a ser avivada através de outros eventos e instituições, praticamente todos ligados às atividades culturais, caso de escola e logradouro público que receberam o nome do escritor rio-grandino, além da primeira Feira do Livro organizada pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande – a qual, já próxima da sua quadragésima edição, constitui uma das mais importantes atividades de seu gênero do interior gaúcho –, em 1979, cujo patrono foi A. F. Rodrigues⁸². Além disto, a Biblioteca Rio-Grandense, a mais antiga instituição de seu gênero no contexto rio-grandense-do-sul, de acordo com seu objetivo de difundir a leitura, tem levado em frente a meta de abrir “filiais” em zonas municipais afastadas do centro da cidade e, no distrito do Povo Novo, em convênio com a Prefeitura Municipal, passou a funcionar uma biblioteca cujo nome é mais uma homenagem ao editor do *Almanaque do Rio Grande do Sul*.

A ação de Rodrigues tem sido revisitada também através de monografias e outros tipos de estudos promovidas por acadêmicos de graduação e pós-graduação, bem como por pesquisadores e docentes.

⁸² ALVES, Francisco das Neves Alves. O primeiro patrono da Feira do Livro da FURG. In: ALVES, F. N. (org.). *Feira do Livro da FURG: 30 edições a serviço da cultura*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2003. p.23-57.

Quanto ao seu busto, ele continua lá para a posteridade, numa posição estratégica da conjuntura cidadina, naquilo que se poderia considerar o fulcro do centro histórico da urbe, voltado na mesma direção de outro dos marcantes monumentos rio-grandinos, no caso o edificado ao fundador José da Silva Paes. Historiador, pesquisador, poeta, cronista entre tantas outras funções típicas do “homem de letras” de sua época, Alfredo Ferreira Rodrigues, em bronze, está lá, em frente à Biblioteca Rio-Grandense – a qual assinava os créditos da placa incrustada no monumento, mas estranhamente de lado e não de frente para a mesma. Talvez como uma invocação ao seu trabalho incansável e perene, mas sem estardalhaço, permanece quase que escondido entre árvores e arbustos, relembrando, ainda que silenciosamente, o árduo trabalho intelectual empreendido naquela virada do século XIX ao XX⁸³.

⁸³ Texto elaborado partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Cultura & memória no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 109-130.



- busto elevado em 1965 em
homenagem a Alfredo Ferreira Rodrigues -



- detalhe do busto -



- placa comemorativa incrustada no pedestal do busto -



- matéria de Álvaro Delfino sobre o centenário de Ferreira Rodrigues no jornal *Rio Grande*, 11 set. 1965 -

ALFREDO FERREIRA RODRIGUES, O CIDADÃO

Numa hora em que se procura homenagear a memória desse ilustre homem que foi Alfredo Ferreira Rodrigues, e que para testemunhar o espaço em que a obra que realizou, intelectual e valiosa sob todos os pontos de vista, é grata a todos os que hoje a julgam e dela se beneficiam, é justo que, ao lado das qualidades de inteligência e dos dons de cultura que lhe atribuem-se coloque também suas raras virtudes cívicas e patrióticas, a sua alta condição de cidadão que soube cumprir sempre o dever de defender e elevar a terra que o viu nascer. Embora vivendo, por alguns anos, fora de Rio Grande, Alfredo Ferreira Rodrigues, teve sempre seus olhos voltados para aqui, e tão pronto se lhe deu o coração

a sua paciência beneditina na busca e no confronto de simples notas ou relatos, foi sacrificando tempos longos que poderia fruir sossegadamente, arriscando-se em viagens penosas, que a sua obra anônima, serena, oculta, foi ganhando vida e força, aparecendo embora furtivamente nas páginas dum Almanaque, — para tornar-se, como não poderia mesmo deixar de ser, — aquilo em que todos os estudiosos encontram a fonte limpa do conhecimento exacto e se robustecem para as caminhadas mais longas que tentam empreender. Não há dúvida também, que Alfredo Ferreira Rodrigues foi um poeta, — belo poeta, aliás, — que foi um interessado em divulgar, desde uma época em que

francês, traduções de poemas que se haviam tornado famosos, contos e novelas e muitas vezes artigos sobre as mais variadas atividades científicas. Dum modo particular, já que, no início de sua vida pública, exerceu a função de Professor procurou levar ao conhecimento do povo notas informativas sobre a origem, vida e costumes de animais, de raças exóticas, de regiões distantes, de geografia e estatística. E talvez não fosse apenas a sua maneira de Professor que se impunha à prática dessas atividades, — mas, o que cremos sinceramente, o seu desejo de ser útil à sua terra e a sua gente, dando-lhe o que podia e sabia, para torná-la mais forte e mais culta. Ao lado, pois, de to

- matéria sobre o centenário de Alfredo Ferreira Rodrigues no jornal *Rio Grande*, 11/set./1965. p. 4 -

Edificação de monumentos ao Patrono da Marinha Brasileira na cidade do Rio Grande (projetos e execução)

As estátuas são monumentos rígidos e impávidos, erigidos com o propósito de promover uma interação social constante e perene com as gerações consecutivas, numa busca incessante pela permanência no seio de uma memória social. Um dos personagens da formação histórica brasileira que teve significativa representação através da arte estatutuária foi o Almirante Tamandaré. Joaquim Marques Lisboa nasceu no Rio Grande, em 1807, vindo a falecer no Rio de Janeiro, em 1897. Natural daquela cidade portuária, desde cedo dedicou-se às lides navais, vindo a ingressar muito jovem na Marinha Brasileira. Dessa precoce atuação no meio naval acabaria por advir a Tamandaré um papel preponderante na conjuntura militar brasileira, tendo participado de alguns dos momentos bélicos decisivos da vida nacional, caso das Guerras da Independência entabuladas contra os focos de resistência lusitana, na Guerra da Cisplatina e nas lutas pela pacificação das revoltas provinciais, como no Pernambuco, no Pará e no Rio Grande do Sul, à época da consolidação do Estado Nacional Brasileiro, na Guerra contra Aguirre e na mais grave das questões platinas nas quais o Brasil envolveu-

se – a Guerra da Tríplice Aliança⁸⁴. A partir da ação do Almirante Tamandaré se daria a edificação de um processo histórico no sentido de criar identidades e memórias em torno do personagem que viria a ter sua data de nascimento transformada em Dia do Marinheiro, a partir de 1925, e, mais tarde, em 1948, foi guindado a Patrono da Marinha Brasileira⁸⁵.

Dentre os vários processos que marcam a formação das sociedades, um se tornaria extremamente recorrente nas mais variadas culturas – a chamada memória coletiva. Esse fenômeno se manifestaria em formas diversas, desde a tradição oral, passando pelos vestígios materiais e imateriais e chegando aos mais diferentes tipos de registro documental. Nesse quadro, a preservação de uma memória social se tornaria intento inerente às comunidades humanas. A memória coletiva consiste numa “presença e portanto numa representação do passado” que pode ser “compartilhada nos mesmos termos por toda uma coletividade”. Nesse sentido, “as representações do passado observadas em determinada

⁸⁴ ALVES, Francisco das Neves. Personagens de uma guerra na visão da imprensa caricata: o caso do Almirante Tamandaré. In: ALVES, Francisco das Neves. *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006. p. 54.

⁸⁵ A respeito do Almirante Tamandaré, observar: ALVES, Francisco das Neves. *Almirante Tamandaré: o homem, o cidadão, o militar e sua conjuntura histórica*. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, 2007.; e ALVES, Francisco das Neves. *Almirante Joaquim Marques Lisboa – o bicentenário do Marquês de Tamandaré: história & memória*. Rio Grande: Marinha do Brasil/5º Distrito Naval; Faculdades Atlântico Sul/Anhanguera Educacional, 2007.

época e em determinado lugar”, desde que “apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele, constituem a manifestação mais clara” desse tipo de memória⁸⁶.

A partir da constatação de uma constante presença e da relevância de uma memória de cunho social, ela acabaria por converter-se “cada vez mais em objeto de estudo”, ou seja, entendida “como uma dimensão da história com uma história própria que pode ser estudada e explorada”. De acordo com essa perspectiva, “em todas as instâncias”, a história viria a envolver-se “nos processos da memória coletiva”, a qual passou a ser encarada “como uma conexão viva entre o passado celebrado, o presente conturbado e um futuro que requer complexas escolhas”⁸⁷. Esse fenômeno é extremamente observável no caso da sociedade brasileira, cuja preservação da memória social vem se efetivando por meio das mais variadas manifestações socioculturais. Acontecimentos e personagens do passado passariam a povoar a construção desta memória e, entre os quais o Almirante Tamandaré e as ações a ele concernentes. A preservação da memória de Joaquim

⁸⁶ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 95.

⁸⁷ THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 77 e 80.

Marques Lisboa se efetivaria das mais variadas formas, caso do considerável número de biografias a ele dedicadas, muitas delas extremamente copiosas, além de artigos, crônicas, livretos e edições de cunho didático-pedagógico, ou visando a um público com algum tipo de aspiração militar, bem como por meio da denominação de navios e guarnições militares, da confecção de medalhas alusivas, da atribuição do nome a praças, ruas e escolas, da divulgação de sua imagem em selos e cédulas monetárias e, ainda, através do erguimento de monumentos em muitas partes do Brasil.

Por conseguinte, uma das manifestações de preservação da memória é a edificação de monumentos. Efigies, bustos, estátuas, entre outros, passam a constituir fenômenos cujo intento fundamental é influenciar no cerne da memória coletiva, por meio da perspectiva da perpetuação de personagens e/ou acontecimentos do passado, os quais deveriam trazer consigo o fundamento da História como a “mestra da vida”, ou seja, estabelecer premissas que deveriam servir de exemplo às gerações vindouras. Tamandaré, mormente a partir dos anos 1920, quando as comemorações em torno do personagem passaram a demarcar o próprio Dia do Marinheiro, e pouco mais tarde, quando se tornaria o Patrono da Marinha, constituiria presença marcante no processo histórico de edificação de monumentos ao longo de vários pontos do território nacional.

A ideia da homenagem a Tamandaré através de um monumento ficaria expressa já no ano de seu falecimento, em 1897, quando no Parlamento tramitou projeto com esse fim. A intenção era a confecção de um busto que seria colocado no Arsenal da Marinha,

entretanto não passou dos trâmites parlamentares. Somente mais tarde, em 1908, por iniciativa do Ministro da Marinha, a partir de subscrição entre oficiais e com o apoio do Ministério, foi erigido um busto alusivo ao Almirante na Capital Federal⁸⁸. Permanecia, entretanto,

⁸⁸ BOITEUX, Henrique. *Os nossos almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1921. v. 4. p. 132-133. O autor assim descrevia o projeto em questão: “Considerando que pelos relevantes serviços o falecido Almirante Joaquim Marques Lisboa, outrora Marquês de Tamandaré, recomendou a sua memória à estima e à gratidão da Pátria; que durante a sua existência foi sempre exemplo de patriotismo e de subordinação ao dever militar; que a homenagem rendida aos beneméritos servidores da nação é, além de um ato de justiça, um nobre estímulo oferecido às gerações vindouras, o Senado e a Câmara dos Deputados resolvem: o Poder Executivo contratará com algum artista nacional a execução de um busto em bronze representando a efígie do falecido Almirante Joaquim Marques Lisboa, para ser colocado na praça principal do Arsenal de Marinha; contratará igualmente a reprodução litográfica ou fotográfica da efígie do mesmo Almirante para ser colocada na praça nobre dos navios de guerra da Armada Nacional com a seguinte legenda - ‘Ao seu benemérito servidor, a Pátria agradecida’”. O autor, traduzindo insatisfação pelo tratamento dado a Tamandaré pelas autoridades públicas republicanas - reflexo ainda da não-aceitação da postura do Almirante em relação à nova forma de governo -, chamava atenção para a “mesquinhez” no que tange ao enaltecimento do personagem, com que o parlamentar fundamentara o projeto, bem como para o fato de a proposta prever a colocação de um busto “dentro de uma acanhada praça de guerra, furtado por consequência aos olhos da população nacional e estrangeira, como se ele só pertencesse a uma classe”, manifestando alívio o biógrafo,

certa insatisfação pela falta de um apoio governamental mais decisivo para a edificação de um monumento mais rebuscado ao personagem, lamentando-se que as décadas passavam e aquele intento não encontrava um bom termo⁸⁹. Enfaticamente afirmava-se que Tamandaré ainda “esperava” sua estátua, uma vez que “o busto da Praia do Botafogo” estava “longe, muito longe do merecimento e do rol de serviços prestados à nação durante uma existência inteira, da Independência à República, pelo maior dos nossos generais de mar!”⁹⁰.

A possibilidade do erguimento de um monumento de maiores proporções a Tamandaré no Rio de Janeiro passaria a ganhar mais corpo nos anos 30. No Dia do Marinheiro de 1936, era lançada a pedra fundamental da obra estatutária que viria a ser erguida. A proposta era embasada em argumentos como a presença do “espírito” do Almirante no “âmbito da história e da eternidade” e “o culto” tributado pelos brasileiros, “especialmente os marinheiros do Brasil”, que assumiria “proporções que as virtudes do herói e a sensibilidade dos compatriotas, reunidas, como forças convergentes”, tornariam “gradativamente maiores e mais sugestivas”⁹¹. O ato simbólico encontrava eco junto

tendo em vista que o projeto “felizmente morreu nas pastas das comissões”.

⁸⁹ PENALVA, Gastão. *Gente do mar*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1926. p. 32-33.

⁹⁰ MAIA, João do Prado. *Através da História Naval Brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936. p. 133.

⁹¹ COSTA, Didio Iratim Afonso da. Almirante Marquês de Tamandaré. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, ano LVI, n. 5 e 6, p. 335, 1936.

à imprensa, que noticiou que o monumento a Tamandaré estava em preparo⁹². Por ocasião da solenidade, o Ministro da Marinha proferiria discurso no qual explanava que a Marinha, “iluminada pelo esplendor da vida do marinheiro que mais recompensas colheu pelos imensos serviços prestados à nação”, resolvera promover o eternizar do personagem, de modo que o “culto” que ela lhe havia “constantemente rendido, os tributos incessantes de admiração e aplauso dos contemporâneos, repercutindo indefinidamente no futuro, gravando-se na história e no coração dos homens”, iriam “afinal manifestar-se em um monumento condigno”, no qual se fundiam “a dignidade da Pátria e as fulgurações da glória”⁹³.

Na mesma celebração, o chefe da Pasta da Marinha afirmava que Marques Lisboa fora “uma figura de marinheiro, de grande homem, estampada nos fastos da nação”, de modo que “a história [consagrava] em suas páginas lapidadas o grande herói marinheiro cuja estátua” seria logo erguida. Dizia ainda que “a Marinha Nacional, desde que nasceu até os últimos dias do Império, sentiu Tamandaré de perto, quando ele ia ascendendo firmemente para a glória até alcançá-la”, reforçando a ideia de que “as gerações atuais sentem os exemplos imorredouros do Almirante, porque a sua tradição ficou em todos os degraus e trâmites que os pósteros têm de galgar e percorrer”. Arrematava a autoridade pública, declarando que “a nação, olhando

⁹² JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 13 dez. 1936.

⁹³ GUILHEM, Henrique Aristides. Monumento ao Almirante Tamandaré. In: *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1938. v. 1. p. 90.

para a Marinha de Guerra, revendo-se nela, descortina, na cena banhada de luz da vida tormentosa dos navios e das esquadras, entre as grandes figuras, a figura extraordinária de Joaquim Marques Lisboa”⁹⁴. A inauguração do monumento se daria no ano seguinte, a 28 de dezembro de 1937, com a presença de diversas autoridades militares e civis, inclusive do Presidente da República, e no discurso do Ministro da Marinha ficava sintetizada a intenção dos edificadores da estátua: “Hoje, o monumento consagrado a esta figura admirável da história pátria se ergue em linhas imponentes e se desvenda à contemplação dos contemporâneos e da posteridade”⁹⁵.

O projeto precursor concretizado na Capital Federal viria a se reproduzir em muitas cidades brasileiras, mormente a partir da colocação de bustos do Patrono da Marinha. No mais sulino estado brasileiro o fenômeno se repetiria em várias localidades. No Rio Grande, cidade natal do Patrono, a edificação de um monumento em sua memória constituiria um processo histórico por vários anos. A idealização da criação monumental já se manifestara entre os anos 30 e 40, quando houve contatos com o famoso escultor gaúcho Antônio Caringi⁹⁶ no sentido da edificação, chegando o

⁹⁴ GUILHEM, p. 90-92.

⁹⁵ GUILHEM, p. 94.

⁹⁶ O escultor gaúcho Antônio Caringi era Bacharel em Ciências e Letras e foi acadêmico de Engenharia, mas desde cedo manifestou seu pendor pela escultura. Estudou artes na Europa, como na Academia de Belas Artes de Munique, especializou-se em plástica monumental, viajou pelo continente e participou de várias exposições internacionais.

artista a entabular o modelo da obra, a qual retratava Tamandaré na sua mais conhecida imagem, já encanecido, mãos postas à frente do corpo, carregando o quepe. A escultura mostrava o personagem em corpo inteiro e era toda em motivos náuticos, com a proa e um mastro de navio estilizados. Na parte frontal da coluna aparecia o brasão de armas do Marquês e, na face lateral, os nomes de algumas das campanhas em que participara. No pedestal, aos pés da estátua, vinha a mensagem – “A Tamandaré”.

O monumento projetado por Caringi, entretanto, não passaria da maquete. Em 1956, a imprensa exigia providências às autoridades públicas no sentido de dotarem a urbe de um marco monumental que lembrasse a figura do Almirante rio-grandino⁹⁷. No ano

Diversas vezes premiado, teve seus trabalhos em galerias particulares e oficiais de Munique, Berlim, Nápoles, Havana, Montevideu, Rio de Janeiro, São Paulo e Nova Iorque, vindo também a fazer parte de várias associações de arte brasileiras e estrangeiras (CARINGI, Antônio. *Uma expressão da América Latina – um decênio (1934-1944)*. Porto Alegre: Edição da Soc. Felipe D'Oliveira, 1944. p. 6.).

⁹⁷ RIO GRANDE. Rio Grande, 14 dez. 1956. Sob o título “E o monumento a Tamandaré?”, afirmava o jornal: “Foi encerrada ontem mais uma Semana da Marinha. É a ocasião oportuna em que se reverência o marinheiro nacional, responsável por tantos serviços prestados à nacionalidade. E quando se presta uma homenagem à Marinha Nacional, é obrigatório o preito de respeito e gratidão ao heróico Marquês de Tamandaré, filho do Rio Grande. Mas, ainda que filho desta terra, Tamandaré ainda não ganhou a glória de um monumento. Não temos, nas datas máximas da Marinha, onde prestar nossa homenagem a Tamandaré. Onde depositar as flores de nossa gratidão e

seguinte, o jornalismo rio-grandino anunciava efusivamente as comemorações do 13 de Dezembro de 1957: “Ponto alto das comemorações, nesta cidade, que serviu de berço ao grande marinheiro, é o lançamento de um monumento que lhe perpetuará a memória”; e complementava: “Aliás, frequentes vezes frisamos a justiça de tal homenagem a Tamandaré, legítimo orgulho de nossa rio-grandinidade”⁹⁸.

reconhecimento. Precisamos levar avante a ideia já lançada de construir o monumento ao patrono de nossa Marinha. Monumento não significa, obrigatoriamente, estátua em bronze. Monumento pode ser um bloco granítico, bordado por legenda. Que coisa mais bela do que a parte inferior do monumento de Osório, na Praça da Alfândega, em Porto Alegre? Traz lavrada na pedra uma oração extraordinária do grande cabo de guerra. Poderíamos fazer o mesmo para o monumento de Tamandaré. Mas temos que fazer. E fazer em seguida. O movimento deve ser iniciado pela Prefeitura Municipal, indicando o local do monumento. Parece-nos que, por coerência, deve se localizar na Praça Tamandaré. A Prefeitura que indique o local e o monumento será levantado”.

⁹⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 6 dez. 1957.



- projeto do monumento a Tamandaré de autoria do escultor
Antônio Caringi -

Era então lançada a pedra fundamental do monumento que concretizaria o “magnífico ideal” que teria “por símbolo o bronze e o granito para eternizar a glória e a honra dos marujos brasileiros ali representados pelo seu expoente máximo - o Venerando Patrono da

Marinha de Guerra Brasileira, Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré”. À solenidade compareceram várias autoridades públicas e a imprensa mostrava-se entusiástica, afirmando que o “primeiro passo” fora dado. As expectativas em torno do futuro monumento eram visivelmente otimistas, informando-se que se pretendia “organizar uma comissão de elementos representativos da cidade, para estudar definitivamente o assunto”. Nessa linha, comentava-se que “a ideia dominante seria o erguimento de um memorial de granito, encimando imponente escadaria e ali incrustada em bronze a efígie do insigne Almirante-Patrono, emoldurada por ramagens, e em baixo” estariam escritos “seus feitos e suas condecorações, também em bronze, tudo, aliás nos modernos moldes do gênero, como por exemplo o Memorial de Lincoln, nos Estados Unidos”, concluindo-se que seria “uma obra de arte notável e grandiosa”, que perpetuaria “pelos séculos a figura legendária do Grande Almirante”. A colocação da pedra fundamental já demarcava o local onde se fixaria o monumento, na Praça Tamandaré, que ostentava esse nome desde a época da Guerra do Paraguai, em homenagem ao Almirante⁹⁹, em ótima localização no centro da cidade, voltado para a Rua General Neto¹⁰⁰.

A inauguração do monumento seria efetivada por ocasião das comemorações do Dia do Marinheiro de 1960. Não se tratava da peça estatutária imaginada três anos antes, mas permanecia a esperança de que aquele

⁹⁹ MONTEIRO, Antenor de Oliveira. *Ruas da cidade do Rio Grande de acordo com a planta da mesma no ano de 1947*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, p. 79-81 (datilografado).

¹⁰⁰ *Rio Grande*. Rio Grande, 18 dez. 1957, p. 8.

intento ainda viria a ser atingido. Segundo a imprensa, o “busto a Joaquim Marques Lisboa, em bronze dourado, fundido no Arsenal de Marinha”, foi “colocado sobre pedestal mandado erigir pela Prefeitura”, ficando dali em diante “num dos recantos mais pitorescos da Praça Tamandaré”, até que fosse “erguido um monumento de maiores proporções, pelo próprio povo rio-grandino, em homenagem de reverência ao conterrâneo ilustre, cujo nome figurava com destaque nas páginas da história do país”. A descrição apontava ainda que “em cada lado da herma” havia “um símbolo representado por dois objetos antigos, possivelmente da época em que o insigne Patrono da Marinha de Guerra praticava os feitos brilhantes que o levaram à imortalidade”, ou seja, “um canhão, velha arma que há muitos anos, em outro local da Praça Tamandaré, figurava como curiosidade, e uma velha âncora recolhida nos terrenos da antiga Escola de Aprendizes Marinheiros”¹⁰¹.

¹⁰¹ *Rio Grande*. Rio Grande, 13 dez. 1960, p. 1.



- monumento a Tamandaré na Praça homônima -

O busto na Praça Tamandaré tendia a ganhar terreno como ponto das solenidades em torno do 13 de Dezembro, mas a comunidade não parecia satisfeita, buscando, portanto, alternativas. Dez anos depois do erguimento da herma, os jornais anunciavam que a Matriz de São Pedro¹⁰², a mais antiga igreja gaúcha, poderia passar a ser o local onde viriam a se efetivar aquelas comemorações. Afirmava-se que dali por diante aquele templo deveria “continuar um lugar de romaria para os integrantes da Marinha do Brasil”, perspectiva confirmada por autoridade da força naval, que afirmara que estava “sendo costume da Marinha a divulgação do

¹⁰² A respeito da história da citada igreja, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Uma igreja, uma comunidade: os 250 anos de história da Catedral de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2005.

templo-monumento em que se convertera a Matriz de São Pedro do Rio Grande, pelo fato de ter sido local de batismo do herói nacional Marquês de Tamandaré”, de modo que “as autoridades e guarnições de navios” deveriam “fazer, sempre, uma espécie de peregrinação ao templo-monumento rio-grandino”¹⁰³.

Apesar dessa intenção, alguns anos depois as festividades voltavam a efetivar-se em frente ao busto de Tamandaré, na homônima praça¹⁰⁴, mobilizando-se amplos setores da sociedade para empreender as comemorações¹⁰⁵. Ainda assim, alguns segmentos da sociedade rio-grandina não demonstravam satisfação com o monumento erguido a Tamandaré¹⁰⁶. Nos anos 80, continuava-se a chamar a atenção para a ausência de um monumento mais rebuscado a Marques Lisboa, uma vez que fazia “alguns anos que em praça pública foi erguida,

¹⁰³ RIO GRANDE. Rio Grande, 30 mar. 1970.; CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 13 dez. 1970.

¹⁰⁴ RIO GRANDE. Rio Grande, 13 dez. 1973.

¹⁰⁵ AGORA. Rio Grande, 14 dez. 1976.

¹⁰⁶ AGORA. Rio Grande, 11 dez. 1978. Dizia o jornal: “Passados mais de oitenta anos de sua morte, continua a nossa cidade a ter uma grande dívida para com o seu ilustre filho, eis que o modesto busto existente em praça pública não condiz com a sua vida gloriosa cheia de peregrinas virtudes e do qual foi um dos maiores responsáveis pelo respeito de que o Brasil sempre desfrutou das nações coirmãs do continente. Que a data de treze do corrente sirva para todos nós como toque de reunir de uma comunhão de esforços e de medidas, visando o erguimento de um majestoso monumento condizente com a figura ímpar do impávido marinheiro. Desta forma, nossa gente estará perpetuando no bronze uma velha gratidão ao ilustre Marquês de Tamandaré”.

na cidade onde nasceu, uma herma ao Marquês de Tamandaré, baseada num busto em bronze, vindo do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro e oferecida ao povo rio-grandino pela própria Marinha”, de modo que à municipalidade coubera “apenas fazer o pedestal e arrumar em torno, com a instalação de quatro postes de iluminação e o aproveitamento de um velho canhão e uma velha âncora como elementos decorativos”. Segundo a imprensa, “a placa, assim como o busto em bronze, foram obra e graça da Marinha, que, na inscrição, cuidou de apontar a herma como ‘semente do futuro monumento’”, tendo em vista que “não seria admissível que a terra natal da figura mais proeminente, daquele que foi considerado modelo e feito Patrono, não lhe dedicasse algo mais grandioso”, concluindo por reclamar: “Mas o tempo tem passado, e a ‘semente não germina’”¹⁰⁷.

Historiava a imprensa rio-grandina que as homenagens ao Patrono da Marinha tinham sido a denominação da Praça Tamandaré, em 1865, a colação de uma placa na casa onde nascera o personagem, na década de 30, e finalmente o erguimento do busto, nos anos 60, explicitando que a Marinha tivera “o cuidado de deixar bem claro ser a herma formada pelo busto saído das fundições do seu arsenal um monumento provisório”, ou seja, “uma semente destinada a germinar em futuro próximo, como deixou escrito na placa de bronze fixada ao seu pedestal”, de modo que competiria aos “rio-grandinos tratar de fazer o monumento condizente com a importância da figura histórica, tendo à testa o poder público municipal”. Lamentava-se então

¹⁰⁷ RIO GRANDE. Rio Grande, 13 dez. 1980.

que as tentativas nessa direção “foram frustradas”, tendo em vista que alguns cidadãos haviam intentando criar mobilizações e lista de adesões com aquele fito, mas não atingiram seus objetivos, bem como a própria Prefeitura Municipal, que vira naufragar a sua ideia de montar a “Casa de Tamandaré”, a qual serviria de museu, propício à visitação pública e, portanto, culto à memória do militar¹⁰⁸. O novo monumento finalmente se tornaria realidade já ao final da década de 80, quando a Marinha ofereceu à cidade uma estátua de corpo inteiro do Almirante Tamandaré¹⁰⁹, a qual foi alocada sobre

¹⁰⁸ RIO GRANDE. Rio Grande, 13 dez. 1983.

¹⁰⁹ RIO GRANDE. Rio Grande, 6 dez. 1987. Afirmava o jornal sobre o novo monumento: “Na semana entrante, o Rio Grande ganhará mais um monumento. Uma nova praça já possui, como obra da sua Prefeitura, a que incumbe naturalmente, mas o monumento é, de fato, um presente. Ou um presentão, tendo em vista o valor de uma escultura em bronze, nos dias que correm. É a Marinha, que, pródiga de benefícios ao Rio Grande, desde que passou a considerar a devida importância da cidade portuária do extremo sul, vem tirar-nos a preocupação de uma dívida de honra que mantínhamos com um dos mais ilustres rio-grandinos, e que alcançou o mais alto título nobiliárquico e a maior projeção dentre os muitos que, seguindo a carreira das armas, dignificaram sobremodo o seu berço natal, entrando luminosos para as páginas da história pátria. A Marinha veio em nosso socorro. Assim como fez com que esta cidade fosse elevada de categoria, tornando-a sede de um Distrito Naval. A Marinha, mais uma vez, vem oferecer-nos o testemunho do seu apreço. Vem presentear-nos com mais um monumento. É essa pioneira das nossas forças armadas, que, gentilmente, paga por nós a dívida de honra que mantínhamos para com a memória do Marquês de Tamandaré”.

coluna, no centro da Praça Francisco Martins Bastos¹¹⁰. A localização desse monumento não era das mais favoráveis, de modo que a estátua veio a ser deslocada para outro conjunto monumental.

A própria sede do 5º Distrito Naval passaria a constituir o local para a alocação do monumento à memória do Almirante Tamandaré, naquele que viria a ser o Panteão do Patrono da Marinha. Para o local foram deslocados os restos mortais do Marquês de Tamandaré e sua esposa, em dezembro de 1994, numa cerimônia que se estendeu por vários Estados das regiões Sul e Sudeste. O Ministério da Marinha criou uma comissão especialmente designada para cuidar dos assuntos do traslado, que se iniciou pela Praia do Botafogo, no Rio de Janeiro, onde se encontravam os restos mortais, sendo as urnas funerárias cobertas com a bandeira do Império Brasileiro, transportadas na fragata *Niterói*, escoltada pela corveta *Inhaúma* e pelo contratorpedeiro *Espírito Santo*, com escalas nos portos de Santos, Paranaguá, Itajaí e São José do Norte, com grandes homenagens em cada um dos lugares por que passou o cortejo. A fragata *Niterói* aportou no Rio Grande no dia 16 de dezembro e as urnas foram conduzidas até a Catedral de São Pedro, onde se realizou missa solene, permanecendo estas no templo em vigília pública até a manhã do dia seguinte, quando foram conduzidas ao panteão construído para acolhê-las e no qual foi erguido o pavilhão de Tamandaré. Finalmente a comunidade rio-grandina

¹¹⁰ AGORA. Rio Grande, 8 dez. 1987.

passava a ter o monumento que intentara por décadas erguer¹¹¹.

Na ocasião do traslado dos restos mortais e das solenidades de inauguração do Panteão a Tamandaré, a *Revista Marítima Brasileira* dedicaria especial atenção ao evento, estampando a capa, publicando matéria e divulgando manifestações de autoridades da Marinha, as quais destacavam o sentido da homenagem, definindo que a Marinha pretendia, “com essa transferência, manter a guarda dos restos mortais do seu Patrono sob sua responsabilidade e, ao mesmo tempo, permitir a visitação ao seu Panteão a todo o povo e a qualquer hora”. Afirmava também que se visava a “cumprir suas últimas vontades, quais sejam, ser enterrado em cova rasa, por marinheiros, e gravar na lápide o epitáfio escolhido por ele: ‘Aqui jaz o Velho Marinheiro’”. Descrevia-se também a localização e a estrutura do Panteão, considerando “privilegiado” o lugar onde Tamandaré seria inumado, uma vez que estava “situado em terreno da Marinha, à beira mar, sob a sombra de quatro figueiras majestosas e multisseculares, já tombadas e que são mais velhas que o grande morto”. Dizia a descrição que ao lado da lápide haveria “uma chama, no fogo de lentes de um farol”, que permaneceria “acesa para todo o sempre, lembrando aos visitantes a presença de um grande vulto

¹¹¹ GUIMARÃES, Jacir Roberto. Aqui jaz o Velho Marinheiro. REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 115, n. 1-3, p. 21-31, 1997; AGORA. Rio Grande 15 dez. 1994.; AGORA. Rio Grande, 16 dez. 1994.; AGORA. Rio Grande, 17 dez. 1994.; e AGORA, Rio Grande, 20 dez. 1994.

nacional”, sendo o monumento completado por “um mastro e uma vela enfunada pelo vento, em concreto”, onde estariam “gravados os títulos de todas as campanhas em que ele tomou parte no exterior e no Brasil”¹¹².

O traslado dos restos mortais do Almirante e de sua esposa constituiu, por si só, uma possibilidade de se revisitar a sua memória¹¹³. O Panteão viria ainda a ser complementado nos anos seguintes, com a edificação de um espaço cultural no seu entorno¹¹⁴ e, por ocasião dos primeiros passos das comemorações do Bicentenário de Tamandaré, em março de 2007, seria colocada junto ao conjunto monumental uma placa contendo o texto da

¹¹² REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 115, n. 1-3, p. 19-20, 1997.

¹¹³ Artigo da *Revista Marítima Brasileira* destacou esse aspecto: “É natural que o acontecimento tenha se revestido de importância e significado especiais para a Marinha. Convém ressaltar, contudo, que, mais do que uma ocasião para homenagens, muito mais que uma simples medida de conveniência administrativa, o traslado deu ensejo a se relembrar a vida desse marinheiro que foi, sem dúvida, um dos cidadãos ilustres do seu tempo e da própria História do Brasil. (...) É razoável supor que o traslado de seus restos mortais para Rio Grande tenha sido a ocasião propícia para se relembrar a figura austera e valorosa do Almirante, seus feitos e lições; para que se ressaltem os méritos do grande chefe militar, notável marinheiro e esclarecido cidadão. E que através de sua imagem se renove e afirme a nossa fé no Brasil como nação. Não será pela falta de heróis que esta fé poderá se extinguir”. (DIÉGUES, Fernando Manoel Fontes. Tamandaré e a honra. In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 115, n. 4-6, p. 53 e 56, 1997).

¹¹⁴ AGORA. Rio Grande, 1º dez. 2000.

suas vontades testamentais¹¹⁵. Estava então demarcado definitivamente, após um século e uma década do falecimento de Joaquim Marques Lisboa, um dos monumentos mais significativos erigidos no país em homenagem ao Patrono da Marinha. A alocação dos restos mortais, a estátua emoldurada num cenário de motivos náuticos, lembrando episódios da sua vida, as árvores e o mar por pano de fundo criaram um todo harmônico em que a arte mesclou-se e interagiu com o ambiente natural.



Assim, ao longo da história brasileira, foram estabelecidas várias atitudes que buscaram preservar junto à memória coletiva a imagem do Patrono da Marinha. Entre essas iniciativas, a colocação de monumentos foi uma das mais recorrentes. Foram erguidas diversas estátuas e bustos do Almirante

¹¹⁵ AGORA. Rio Grande, 21 mar. 2007.

Tamandaré, desde a original, no Rio de Janeiro, e a partir daí, espalhando-se pelo território brasileiro, caso de algumas das cidades gaúchas e, em especial, na terra natal de Joaquim Marques Lisboa. Esse processo histórico vinculado à arte monumental está relacionado à questão de que “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura destes vestígios”¹¹⁶, numa constante busca de interação entre o passado e o presente, em que as ações dos personagens daquele venham a fazer sentido para esse tempo. Constituiu-se então um processo de constante busca de renovação e afirmação do passado, tendo em vista que “a memória está sempre em evolução”, estando também “sujeita à dialética da lembrança e do esquecimento”, de modo que “às vezes fica latente por longos períodos, depois desperta subitamente”¹¹⁷. Os monumentos erigidos em vias públicas passavam a fazer parte do cotidiano das pessoas, alocados em seus espaços de ir e vir, por vezes despercebidos, mas, em outras, notados, e a partir daí, possivelmente rememorados. Por conseguinte, a pedra e o metal esculpidos têm a função demarcada e permanente de reavivar a memória social¹¹⁸.

¹¹⁶ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 424.

¹¹⁷ NORA, Pierre, citado por: HOBBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 13.

¹¹⁸ Texto elaborado partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Estatuária na cidade do Rio Grande: a edificação de monumentos ao Patrono da Marinha Brasileira (história & memória)*. In: ALVES, Francisco das Neves (org.). *Sociedade*,

memória e cultura no Rio Grande do Sul: estudos históricos. Rio Grande: FURG, 2008. p. 111-128.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

ISBN: 978-65-89557-04-3

